

# Revista da

. b i b l i o t e c a .

## TERRA LIVRE

# 1936

Ano 3 - Núm. 4

1º semestre de 2017



### **Contato**

Caixa Postal 195, CEP 01031-970  
São Paulo - SP, Brasil  
bibliotecaterralivre@gmail.com  
bibliotecaterralivre.noblogs.org

### **Conselho Editorial, Projeto Gráfico e Revisão**

Biblioteca Terra Livre



Foto tirada por Rodrigo Rosa, em agosto de 2016.

*A Revista da Biblioteca Terra Livre é uma publicação ampla, tanto em suas inquietações sociais como no critério que aplica para a seleção de seus textos. Portanto ela não compartilha necessariamente com as opiniões apresentadas.*



É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que esta nota seja incluída e a autoria seja citada.

# Sumário

---

<b>EDITORIAL</b>	4
<b>DOSSIÊ 80 ANOS DA REVOLUÇÃO ESPANHOLA</b>	
Carta aberta a companheira Federica Montseny <i>Camillo Berneri</i>	9
Mais vale um anarquista do que um capitão! <i>Ramón Casals</i>	18
A coletivização na Espanha <i>Augustin Souchy</i>	23
O problema do dinheiro durante a autogestão espanhola (1936-1939) <i>Frank Mintz</i>	39
80º aniversário da revolução: Mujeres Libres <i>Laura Vicente</i>	47
Indomáveis <i>Lucía Sánchez Saornil</i>	51
<b>ESTUDOS ANARQUISTAS</b>	
Indivíduo, comunidade, sociedade <i>Eduardo Colombo</i>	55
<b>DOCUMENTOS</b>	
A revolução social <i>Ricardo Flores Magón</i>	63

Aos homens de boa vontade 68  
*Antonio Bernardo Canellas*

Prefácio? Não! 70  
*Maria Lacerda de Moura*

## **EXPRESSÕES LIVRES**

O Carnaval 78  
Rafael Barrett

# Editorial

---

O pessimismo reina nos dias de hoje. Sobretudo por causa da atual conjuntura política, com a ascensão dos setores conservadores e sua agenda ultraliberal, fortalece-se o mito do fim da história. “Precisamos nos conformar de que não há saída”: há muito escutamos essa ladainha, porém a novidade é que cada vez mais essas palavras são ditas por quem está do nosso lado. Esse pensamento interfere diretamente nos projetos políticos e, por isso, cada vez mais a esquerda se apequena, se contenta com pouco. Não trabalha mais com a ideia de uma outra sociedade, mas sim com as “conquistas possíveis”, restrita à lógica do “menos pior”. Assim os sonhos cabem cada vez mais nas urnas e “revolução” passa a ser uma palavra ultrapassada.

Essa perspectiva “ajustada à realidade” foi um dos fatores que contribuíram para que a semente do fascismo germinasse calmamente nos mais diversos grupos sociais. Desarmou a crítica radical das ruas pela via brutal da repressão, como em junho de 2013 ou durante as manifestações contra a realização da Copa do Mundo em 2014. Desarticulando as organizações sindicais e estudantis pela via da cooptação ou, ainda, pelo silenciamento da pauta dos companheiros de luta por meio da desqualificação e de sua delação pura e simples para as forças policiais, como

nas lutas contra o ajuste fiscal em 2015 e em 2016. A atualização do repertório de práticas leninistas e stalinistas ao seu dispor, abriu caminho à proliferação da intolerância e da falta de imaginação política, tão próprias às pulsões pela ordem do autoritarismo de todos os tons. Com isso, a perspectiva do “ajuste à realidade” foi quem tomou um banho de realidade. Isolada das forças sociais que nutrem a revolta e gestam ideias de um mundo novo, capitulou vergonhosa e previsivelmente frente aos barões patrimonialistas, rentistas e midiáticos, que em sua arrogância vanguardista julgava ter metido no bolso.

Mas a história tem gosto pela ironia. É justamente em meio a esse contexto no qual a esquerda se encontra que completam-se 80 anos da Revolução Espanhola, um dos processos mais profundos de transformação social do século XX, e também 10 anos da Comunidade de Oaxaca. Essas lembranças vem para nos chacoalhar e nos tirar do conformismo e do desânimo que a terra arrasada do esquerdismo parlamentar nos levou. Retomamos o passado não para contemplá-lo, mas sim para enxergar a continuidade que liga as lutas passadas

às nossas. Tomamos essas lembranças e percebemos que é somente através da mobilização popular que podemos construir uma nova sociedade. Para isso, é necessário recolocar a ideia de revolução no horizonte.

Com essa perspectiva, apresentamos a nova edição da Revista da Biblioteca Terra Livre, que traz um dossiê especial a respeito da Revolução Espanhola. Tentamos recobrir criticamente vários aspectos dessa experiência histórica, agrupando artigos escritos no calor do momento e artigos de análise posteriores. Assim, a *Carta aberta a companheira Federica Montseny*, de Camillo Berneri, que veio à luz no periódico *Guerra di Classe*, e o artigo *Mais vale um anarquista do que um capitão!*, de Ramon Casals, publicado no *Solidaridad Obrera*, ambos de 1937, cumprem o primeiro papel. O segundo papel foi reservado aos artigos de Augustin Souchy (*A coletivização na Espanha*), de Frank Mintz (*O problema do dinheiro durante a autogestão espanhola 1936-1939*) e de Laura Vicente (*80º Aniversário da Revolução: Mujeres Libres*). Os dois artigos escritos no momento da Revolução mantêm uma

perspectiva crítica de personagens envolvidos profundamente na trama dos fatos: Camillo Berneri condena o colaboracionismo da CNT com o governo republicano, três semanas antes de ser covardemente assassinado por membros do Partido Comunista da Espanha, ao passo que Ramon Casals opõe-se ferozmente à militarização das colunas dos milicianos, enxergando nelas o perigo da reintrodução das hierarquias nos exércitos populares. Já o artigo de Souchy analisa de maneira perspicaz o processo de coletivização em diversos ramos do comércio e da indústria, enquanto Mintz aborda as várias soluções originais dos revolucionários espanhóis para lidar com o problema do dinheiro de maneira a garantir a efetiva autogestão econômica - e as dificuldades delas decorrentes. Finalmente, o artigo de Laura Vicente situa a singularidade e exemplaridade da luta das *Mujeres Libres* no contexto da Guerra Civil Espanhola.

Além desse dossiê, a Revista manteve algumas de suas tradicionais seções. A seção *Estudos Anarquistas* apresenta uma tradução inédita de um texto Eduardo Colombo, *O anarquismo ante a cri-*

*se de ideologias*. O autor nos brinda com uma reflexão a respeito da necessidade de blasfemar contra a ordem estabelecida, operação ao mesmo tempo de dessacralização da hierarquia e do poder político, um duplo movimento de rebelião contra as instituições que temos diante de nós e daquelas que trazemos interiorizadas em nós. Blasfêmia e rebelião que são também do domínio da criação, o que coloca o anarquismo diante da necessidade de estabelecer instituições anárquicas na sociedade, buscando a sua autonomia. A seção *Documentos* vem recheada: além da continuação da tradução da defesa da Revolução Mexicana por Ricardo Flores Magón, nas páginas do periódico *Regeneración*, conta com a proposta de Antonio Canellas para a fundação, no Brasil de 1919, de uma escola que seguisse o modelo da *La Ruche* (ou *A Colmeia*) francesa, experiência pioneira de educação libertária de Sébastien Faure, que teve vigência nos primeiros anos do século XX na cidade de Rambouillet. Também trazemos aos leitores um texto inédito de Maria Lacerda de Moura: um prefácio para o livro de poesias de Ilka Maia, escrito em 1923. Então uma garota de 16 anos,

Ilka também havia dedicado um soneto em homenagem a Maria Lacerda de Moura, nas páginas de Alvoradas, que encontra-se aqui também republicado, para acompanhar o prefácio de Maria Lacerda de Moura. Finalmente, a seção *Expressões livres* conta com uma tradução inédita em português de um conto de Rafael Barret, anarquista espanhol que viveu na Argentina e no Uruguai, a respeito do carnaval.

A reunião desses artigos e do dossiê a respeito da Revolução Espanhola procuram pôr em discussão as possibilidades de práticas efetivas de rebe-

lião e de autogestão, desde abaixo e à esquerda, que insinuam-se contra o fascismo, contra o conforto representativo, o pessimismo e os ajustes - reais e nem tão reais assim. Essas palavras, de companheiros de antes e de agora, daqui e de outros lugares, permanecem como um manancial irredutível e inspirador de novas formas de produção do mundo novo que trazemos em nossos corações, para parafrasear Buenaventura Durruti.

Biblioteca Terra Livre,  
dezembro de 2016.



# *Oitenta Anos da Revolução Espanhola*

# Carta aberta a companheira Federica Montseny

---

**Camillo Berneri**

**Q**uerida companheira,

Tinha a intenção de me dirigir a todos vocês, companheiros ministros, mas agora com a caneta em mãos, espontaneamente decidi me dirigir somente a você e não quero contrariar esse impulso, pois é uma boa regra, nesses assuntos, seguir o instinto.

O fato que eu não coincida sempre contigo não te maravilha nem te irrita e você tem se mostrado cordialmente esquecida às críticas que geralmente não foram do seu gosto, por considerá-las injustas e excessivas, o que é tão natural quanto humano. Não é uma pequena qualidade, aos meus olhos, e demonstra a natureza anarquista do seu espírito. Delas estou certo e compensam bastante, em nome da minha amizade, as idiosincrasias ideológicas que você manifesta em seus artigos de estilo personalíssimo e em seus discursos de eloquência admirável.

Eu não poderia ficar tranquilo ao ver sua comparação entre o anarquismo bakuninista e o republicanismo federalista de Pi y Margall. E não te perdoo por ter escrito que “o verdadeiro construtor da Rússia atual não foi Lenin, mas sim Stálin, espírito realizador, etc., etc.” Eu aplaudi a resposta de Volin publicada em *Terre Libre*, para sua inexata afirmação sobre o movimento anarquista russo.

Mas não são essas questões que quero tratar. Sobre elas e muitos outros assuntos nossos espero um dia ter a ocasião de discutir pessoalmente contigo. Se me

dirijo a você em público é por assuntos infinitamente mais graves, para te lembrar de enormes responsabilidades das quais talvez você não tenha se dado conta devido à sua modéstia.

No discurso de 3 de janeiro, você dizia:

“Os anarquistas entraram no governo para impedir que a revolução se desviasse e para continuá-la para além da guerra e também para opor-se a qualquer tentativa ditatorial, independente qual seja.”

Então, companheira, em abril, depois de três meses de experiência colaboracionista, estamos em uma situação na qual ocorrem fatos graves e se anunciam outros piores.

Ali onde – como em Vasconia, Levante e Castilla – o nosso movimento é impotente em forças de base, ou seja, não criou sindicatos vastos e não tem uma preponderante adesão das massas, a contrarrevolução avança e ameaça esmagar tudo. O governo está em Valência, e dali é onde partiram guardas de assaltos destinados a desarmar os núcleos revolucionários de defesa. Recorda-se de Casas Viejas, pensando em Vilanesa<sup>1</sup>. São da Guarda Civil e da

<sup>1</sup> Alusão ao Massacre de Casas Viejas, ocorrido em 1933, insurreição barbaramente reprimida e ao massacre ocorrido na vila de Vilanesa, em

Guarda de Assalto aqueles que conservam as armas e é aqui na retaguarda que devem controlar os “incontroláveis”, desarmando qualquer núcleo revolucionário que tenha alguns poucos fuzis e revólveres. Isso ocorre enquanto o *front* interno não foi liquidado. Isso ocorre enquanto há uma guerra civil em curso em que qualquer surpresa é possível e em uma região na qual o *front* está bem próximo, é muito irregular em seu traçado e não é matematicamente seguro. Isso ocorre enquanto é nítida a distribuição política do armamento, que afirma apenas dar o que é “estritamente necessário” (esperamos que venha a ser dito claramente o que é “estritamente necessário”) para a frente de Aragão, a guarda armada da coletivização agrária em Aragão e o contraforte do Conselho de Aragão e da Catalunha, a Ucrânia Ibérica. Você está em um governo que ofereceu para a França e a Inglaterra vantagens no Marrocos, quando desde julho de 1936 era necessário oficialmente proclamar a autonomia política marroquina. Imagino o que você pensa, como anarquista, sobre esse assunto estúpido e desprezível, mas chegou a hora de você e os demais ministros anarquistas publicizarem que não concordam com a natureza e o teor dessas propostas.

Em 24 de outubro de 1936, eu es-  
1937 (N.T.).

crevi em *Guerra di classe*:

“A base das operações do exército fascista é Marrocos. Portanto, é necessário intensificar a propaganda a favor da autonomia marroquina sobretudo na área de influência pan-islâmica. É necessário exigir ao governo de Madri declarações inequívocas da sua vontade de deixar Marrocos, assim como de proteger a autonomia marroquina. A França vê com preocupação a possibilidade de respostas insurrecionais na África Setentrional e na Síria e a Inglaterra acredita que será um incentivo para a agitação autonomista no Egito e dos árabes na Palestina. É necessário aproveitar tais preocupações, com uma política que ameace desencadear a revolta no mundo islâmico. Para tal política, é necessário financiar e enviar agitadores e organizadores a todos os centros de emigração árabe e em todas as zonas de fronteira do Marrocos francês. Em todas as frentes de Aragão, do Centro, Astúrias e Andaluzia, bastarão alguns marroquinos exercendo a função de propagandistas, dispondo de rádio, materiais impressos etc.”

É evidente que não é possível ga-

rantir os interesses dos ingleses e dos franceses no Marrocos e ao mesmo tempo fazer o trabalho insurrecional. Valência continua a política de Madri. É necessário que isso mude. É necessário, para mudar, dizer clara e fortemente todo nosso pensamento, porque em Valência atuam forças que tendem a fazer um pacto com Franco.

Jean Zyromsky escreve em *Le Populaire* de 3 de março:

“Essas manobras são visíveis e tendem à conclusão de uma paz que, na realidade, significaria não somente deter a revolução espanhola como inclusive anular as conquistas sociais já realizadas. “Nem Largo Caballero, nem Franco!” tal seria a fórmula que expressaria sinteticamente uma concepção que existe e eu não estou certo de que ela não tenha a anuência em certos meios políticos, diplomáticos e inclusive governamentais na Inglaterra e também na França.”

Essas forças, essas manobras, explicam vários pontos obscuros: por exemplo, a passividade da Marinha na guerra leal. A concentração das forças provenientes do Marrocos, a pirataria das Canárias e das Baleares, a tomada de Málaga, não são senão consequências. E a guerra não terminou! Se Prieto é incapaz e indolente, por que tolerá-

-lo? Se Prieto está ligado a uma política que paralisa a Marinha, por que não denunciar essa política?

Vocês, ministros anarquistas, fazem discursos eloquentes e escrevem brilhantes artigos, porém não é com discursos e artigos que se vence a guerra e se defende a revolução. Tanto uma quanto outra se vence e se defende permitindo a passagem da defensiva para a ofensiva. A estratégia de posições não pode se eternizar. O problema não se resolve lançando palavras de ordem, como “mobilização geral”, “armas ao *front*”, “comando único”, “exército popular” etc. O problema se resolve realizando imediatamente o que pode ser feito. Segundo *La Dépeche* de Toulouse de 17 de janeiro: “A grande preocupação do Ministro do Interior é restabelecer a autoridade do Estado sobre a dos grupos e sobre os incontroláveis de todas as tendências.”

É evidente que, embora houve o empenho durante meses de aniquilar os “incontroláveis”, a “Quinta Coluna”<sup>2</sup> não foi eliminada. A eliminação do *front* interno tem por prévia condição uma atividade de investigação e de repressão que não pode ser cumprida a não ser por revolucionários experien-

<sup>2</sup> “Quinta coluna” foi uma expressão criada em meio a Guerra Civil Espanhola para designar um certo grupo social simpatizante ao golpe que atuava no interior das zonas controladas pelas forças antifascistas (N. T.).

tes. Uma política interna de colaboracionismo entre classes e de adulação às classes médias conduz inevitavelmente à tolerância com elementos políticos equívocos. A “Quinta Coluna” está constituída, não somente por elementos pertencentes aos quadros fascistas, mas também por todos os descontentes que aspiram a uma república moderada. São estes últimos os que se aproveitam da tolerância dos caçadores dos “incontroláveis”.

A eliminação do *front* interno tem por condição prévia uma atividade ampla e radical dos comitês de defesa constituídos pela CNT e pela UGT.

Nós assistimos à penetração nos quadros dirigentes do exército popular de elementos equívocos, sem nenhuma relação com organizações políticas ou sindicais. Os comitês e os delegados políticos das milícias exerciam um bom controle. Hoje está debilitado devido o predomínio de um sistema de nomeação e de promoções centralizado e estritamente militar. É necessário, portanto, reestabelecer a elegibilidade direta e o direito de destituição pela base.

E poderia continuar tratando desse tema.

Erro gravíssimo foi aceitar as fórmulas autoritárias, não pelo o que elas formalmente são, mas sim porque nos levam a enormes erros e a fins políticos que nada tem a ver com as necessida-

des da guerra.

Tive a oportunidade de falar com altos oficiais italianos, franceses e belgas, e constatei que eles mostraram ter necessidades reais da disciplina e uma concepção muito mais moderna e racional do que a de certos neo-generais que se pretendem realistas.

Acredito que é a hora de constituir um exército confederal, como o Partido Comunista constitui seu próprio corpo: o Quinto Regimento das milícias populares. Acredito que é a hora de resolver o problema do comando único, realizando uma efetiva unidade que permita passar à ofensiva no *front* aragonês. Acredito que é a hora de terminar com o escândalo de milhares de guardas civis e guardas de assalto, que não vão ao *front* porque se dedicam a controlar os “incontroláveis”. Acredito que é a hora de criar uma séria indústria de guerra. E acredito que é a hora de terminar com certas excentricidades estridentes: como aquela a respeito do repouso dominical e de certos “direitos operários” que sabotam a defesa da revolução.

É necessário, antes de tudo, manter elevado o espírito dos combatentes.

Luigi Bertoni, sendo intérprete dos sentimentos expressados por vários companheiros italianos combatentes no *front* de Huesca, escrevia não faz muito tempo:

“A guerra da Espanha despossuída de toda fé nova, de toda ideia de transformação social, de toda grandeza revolucionária, de todo sentido universal, não é mais que uma vulgar guerra de independência nacional, que é necessária para evitar o extermínio que a plutocracia mundial se propõe. Fica a terrível questão de vida ou morte, mas não é mais uma guerra de afirmação de um novo regime ou de uma nova humanidade. Dir-se-ia que ainda tudo não está perdido, mas na realidade tudo está ameaçado e comprometido, e os nossos companheiros adotam uma linguagem de renunciadores, o mesmo que tinha o socialismo italiano frente ao avanço do fascismo: “Cuidado com as provocações!”, “Calma e serenidade!”, “Ordem e disciplina!”. Todas as coisas que praticamente se resumem em: deixe estar. E como na Itália o fascismo terminou por triunfar, na Espanha o antissocialismo, com roupagem republicana, não sairá menos do que vencedor, a menos que ocorram acontecimentos que escapam às nossas previsões. É inútil acrescentar que nós constatamos, sem entrar em condenações aos nossos companheiros, cuja conduta não sabemos dizer como poderia ser de forma dife-

rente e eficaz, enquanto a pressão italiana e alemã cresce no *front* ao mesmo passo que a bolchevização na retaguarda.”

Eu não tenho a modéstia de Luigi Bertoni. Tenho a presunção de afirmar que os anarquistas espanhóis poderiam ter uma linha política diferente da que prevalece e pretendo aconselhar algumas linhas gerais de conduta, atento às experiências das grandes revoluções recentes e ao que leio na própria imprensa libertária espanhola.

Creio que você deve considerar o problema de saber aonde defende melhor a revolução, se contribui mais na luta contra o fascismo participando do governo ou se não seria infinitamente mais útil levando a chama da sua magnífica palavra entre os combatentes e na retaguarda.

Chegou a hora inclusive de esclarecer o significado unitário que pode ter sua participação no governo. É necessário falar com as massas e chamá-las a julgarem se tinha razão Marcel Cachin, quando declara (*L'Humanité*, 23 de março):

“Os representantes anarquistas multiplicam seus esforços unitários e seus chamados são ouvidos em forma crescente” ou se tem razão *Pravda* e *Izvestia*, quando caluniam os anarquistas

espanhóis tratando-os de sabotadores da unidade. Chamar as massas também para julgarem a cumplicidade moral e política do silêncio da imprensa anarquista espanhola sobre os delitos ditatoriais de Stálin, das perseguições aos anarquistas russos e os monstruosos processos contra a oposição leninista e trotskista, silêncio recompensado e com mérito pelas difamações da *Izvestia* contra Solidaridad Obrera de Barcelona. Chamar as massas para julgarem se certas manobras de sabotagem do abastecimento não entram no plano anunciado em 17 de dezembro de 1936, em *Pravda*: “Enquanto na Catalunha, começou a limpeza de elementos trotskistas e anarcossindicalistas, trabalho que será levado a cabo com a mesma energia com que foi levado na URSS.”

É hora de se dar conta que se os anarquistas estão no governo para serem *vestais* de um fogo quase extinto ou se, então, estão para servir de barrete da liberdade<sup>3</sup> a politikeiros que

---

3 “Barrete da liberdade” ou “barrete frígio” é um tipo de carapuça que se tornou símbolo da liberdade ao longo do século XIX e XX, sendo representada em várias iconografias. Por exemplo, no famoso quadro de Eugène Delacroix, *A liberdade guiando o povo*, Marianne, a encarnação da Revolução Francesa, está utilizando um barrete da liberdade. (N. T.)

flertam com o inimigo ou com as forças da restauração da “república de todas as classes”. O problema se apresenta com a evidência de uma crise que ultrapassa aos atores representativos que hoje ocupam o cenário.

O dilema *Guerra ou Revolução* já não faz mais sentido. O único dilema é esse: ou a vitória sobre Franco graças a guerra revolucionária ou a derrota.

O problema para ti e para os outros companheiros é de escolher entre a Versalhes de Thiers ou a Paris da Comuna, antes que Thiers e Bismark façam a união sagrada<sup>4</sup>.

Cabe a ti responder, porque “és a luz escondida”<sup>5</sup>.

Fraternalmente,

Camillo Berneri

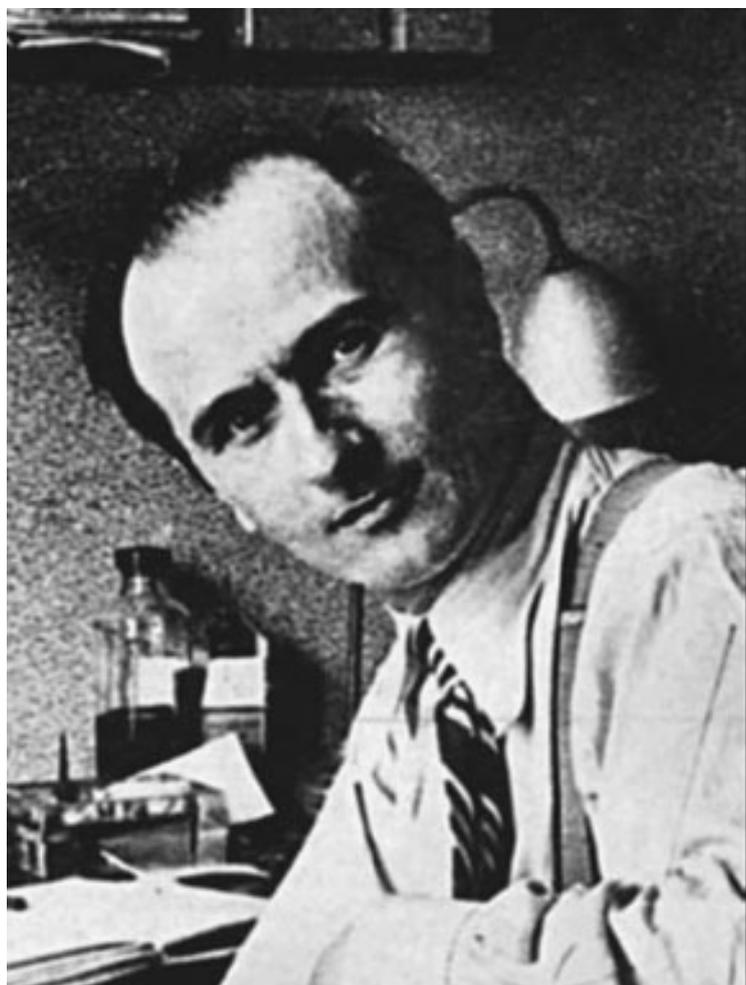
---

4 Alusão ao contexto da Comuna de Paris. Em meio à guerra entre França e Prússia, trabalhadores tomaram o controle da capital francesa, obrigando o governo francês a exilar-se em Versalhes. Para reprimir a insurreição operária, o governante francês Thiers e o governante prussiano Bismark fizeram um pacto para interromper a guerra (N. T.).

5 Segundo Carlos Rama, trata-se de uma alusão a uma passagem bíblica, encontrada em Mateus 5: 14,15: “Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte; Nem se acende a candeia e se coloca debaixo do alqueire, mas no velador, e dá luz a todos que estão na casa.” (N. T.).

O texto que você acabou de ler foi publicado no dia 14 de abril de 1937, três semanas antes do assassinato do autor. Camillo Berneri foi morto em circunstâncias mal explicadas, nos eventos que ficaram conhecidos como os “acontecimentos de maio”. O pouco que se sabe relaciona a morte do anarquista italiano às ações da Tcheka naquele fatídico mês, em que a polícia secreta soviética executou diversos militantes de esquerda opositores do stalinismo. Como o próprio Berneri alertou no seu texto, ao citar literalmente o que o Pravda (órgão oficial da URSS), publicou em dezembro de 1936: “Enquanto na Catalunha, começou a limpeza de elementos trotskistas e anarcossindicalistas, trabalho que será levado a cabo com a mesma energia com que foi levado na URSS.”

Essa demonstração de olhar atento para a leitura da realidade, visível até na capacidade macabra de prever sua própria morte, foi uma das marcas de Camillo Berneri. Nascido em Lodi, em 1897, aproximou-se do anarquismo depois do fim da Primeira Guerra Mundial, após fazer parte da Juventude Socialista. Desde esse momento até sua morte, manteve sempre uma postura independente e antidog-



mática, ao preocupar-se com o diálogo do anarquismo com seu entorno e não com uma cartilha de princípios. Seus escritos podem ser lidos até hoje como uma fonte de inspiração para as pessoas preocupadas com um anarquismo dinâmico, sempre adaptando-se às mudanças de contexto.

Todavia, engana-se quem pensa que Camillo Berneri era apenas um intelectual. Foi um destacado opositor do regime de Mussolini, exilando-se em 1926. No exterior, fomentou a organização do antifascismo no exílio, destancando-se sobretudo nas tarefas de contraespionagem,

identificando os policiais infiltrados por Mussolini para relatar as ações dos antifascistas exilados. Por isso, foi preso na Bélgica, na Holanda, na França e em Luxemburgo. Com a eclosão da Revolução Espanhola, Berneri ajuda a organizar a milícia dos voluntários italianos, associada à Coluna Ascaso, sendo eleito por seus pares como delegado responsável pela milícia de agosto a dezembro de 1936. A partir de outubro, passa a publicar o jornal *Guerra di Classe*, no qual escreve diversos artigos analisando com profundidade os eventos da Revolução Espanhola. Um

dos artigos publicados neste jornal é o texto que publicamos aqui, na nossa revista.

Acreditamos que Camillo Berneri, pouquíssimo conhecido no Brasil, é uma das tantas figuras esquecidas que valem muito a pena recuperarmos. Sobretudo para quem está interessado em um anarquismo que esteja com os dois pés no chão, atento para a realidade tanto em sua prática quanto na teoria.

*Eduardo Cunha*

# Mais vale um anarquista do que um capitão!

---

Ramón Casals

**O**ntem: recordamos ainda os dias de luta pré-revolucionária que mantivemos os anarquistas contra todos os estamentos sociais que se recriavam às custas do povo trabalhador e que, em franca camaradagem, gregos e troianos concordavam que nossas ideias tinham que ser pisoteadas e tinham que ser perseguidos os que as defendiam.

Ainda pesa em nossas organizações as “úlceras” produzidas pelas botas militares. Porque mais do que ninguém são os militares os que, servindo à igreja e à burguesia, tinham que lidar com nosso movimento. Se não, recordais: 1909, Francisco Ferrer; 1917, a greve da Canadense; 1922 e 1923, Anido, Ariegui e Primo de Rivera; 1928, Berenguer; 1932, movimento anarcossindicalista de Figols; 1933, 8 de janeiro e 8 de dezembro; 1934, 6 de outubro. Astúrias.

Recordais também a Ramón Franco, que esteve em Villa Cisneros para saudar os nossos companheiros deportados. Sua visita foi recebida por nossos companheiros anarquistas e antimilitaristas com verdadeira indiferença. “Recordais Franco!”, e notareis como vosso coração vos impele a recordar os ensinamentos de Fermín Salvochea e sentireis mais do que nunca que vossa consciência vos diz: “Abaixo o militarismo!”.

Hoje: por isso, não podemos, sob nenhum pretexto, tolerar que dentro de nossos meios se reproduza a praga que mais nos afetou, isto é: o militarismo! Que pensem e pratiquem esta ideia os antifascistas que não pertencem a nos-

Mais vale um anarquista do que um capitão!

sos meios, passa; mas nós, que estamos na coluna “Terra e Liberdade”, não. Porque tolerá-lo seria humilhar a nós mesmos e às nossas ideias. E isso, nunca. EM VEZ DE UM CAPITÃO, VALE MAIS UM ANARQUISTA!

Publicado originalmente no jornal *Solidaridad Obrera*, de Barcelona, Ano VIII, Época VI, Nº 1476, em 05/01/1937. Tradução de Clayton Peron a partir da versão original.

**R**amon Casals Orriols nasceu em 06 de novembro de 1908 na cidade de Berga (Catalunha) em uma família humilde composta por um pai operário e uma mãe doméstica e crente fervorosa. Teve uma educação religiosa na escola local que abandonou aos onze anos de idade, após a morte da mãe, dedicando-se desde então ao trabalho na indústria têxtil. Na fábrica estabeleceu contato com Juan Bonilla, operário libertário andaluz, e filiou-se à Confederação Nacional do Trabalho (CNT). Logo passou a se dedicar à luta sindical e conheceu o pensamento de mestres como Tolstoi, Ferrer y Guardia e Fermin Salvochea.

Durante a ditadura de Primo de Rivera participou da greve do setor em Berguedà e acabou demitido. Teve possibilidade de readmissão, mas recusou-se a voltar ao trabalho sem a readmissão dos demais companheiros. Por sua solidariedade e coerência viu-se obrigado a trabalhar temporariamente em estradas e nas linhas elétricas. Em pouco tempo tornou-se secretário do Sindicato dos Têxteis e voltou aos teares.

Ramon foi preso e recolhido ao Cárcel Modelo por participar da tentativa de proclamar o comunismo libertário durante a IIª República. Ao ser solto participou da criação das Juventudes Libertárias de Berga. Após o golpe fascista de 18 de julho de 1936 Casals imediatamente se envolveu com a resistência e aderiu



à Revolução, logo em suas primeiras horas. Tornou-se presidente do Comitê de Milícias Antifascistas e membro do Comitê Revolucionário de Berga. Algumas atitudes polêmicas levaram-no a ser acusado de fascista: Ramon impediu a destruição de igrejas e obras sacras com o apoio de um grupo de artistas locais e não aceitou fuzilamentos sumários e irracionais em sua cidade. Durante a Revolução foi para o fronte, integrando a Coluna Terra e Liberdade, uma das mais importantes, onde atuou como responsável da saúde e lutou na defesa de Madri e na batalha de Teruel.

Ao fim da guerra civil na Espanha foi levado para a França, onde passou por vários campos de concentração, escapando ao se alistar em companhias de trabalho até ser detido no campo de disciplinamento de Cherbourg. Ficou sob custódia dos alemães e só foi libertado em 1944. Após o término da Segunda Guerra decidiu viver na França e trabalhar como lenhador, profissão que aprendeu nos batalhões de castigo. Manteve-se como militante anarquista mesmo no exílio. Foi responsável pela propaganda libertária, foi representante cenetista regional, participou de vários atos, comícios e congressos do Movimento Libertário Espanhol (MLE) na França, além de sempre apoiar as publicações e organizações de exilados espanhóis. Nos seus

últimos anos atuava junto ao Centro de Estudos Josep Ester Borràs em Berga .

Ramon Casals usava o pseudônimo de *Ramonet Xic*, nome pelo qual era mais conhecido. Assinou diversos artigos em periódicos anarquistas como *El Luchador* e *La Revista Blanca*, em que era correspondente da região de Berguedà. Sempre foi conhecido por suas atitudes pacíficas e racionais, assim como por sua coerência ideológica e bondade extrema até o fim da vida. Seus últimos anos passou em Err (França)(Catalunha), próximo à fronteira com a Catalunha. Morreu em 24 de abril de 2001.

### **A resistência à militarização durante a Revolução Espanhola**

Em outubro de 1936 o Governo da *Generalitat* emitiu um decreto, a ser cumprido a partir de 1º de novembro, que instaurava a militarização das milícias. Tal ação fazia com que, na prática, as milícias operárias de voluntários revolucionários fossem submetidas a um código militar único sob comando centralizado da *Generalitat*. O resultado seria a transformação das colunas populares em um exército regular clássico, muito semelhante aos exércitos nacionais e burgueses de outrora. Após certa resistência por par-

te dos milicianos, em março de 1937, a Coluna Terra e Liberdade aceitou a militarização durante um congresso em Valência. Ramon Casals não concordou com a posição das milícias em colaborar com o governo republicano e decidiu abandonar a Coluna, como milhares de outros homens e mulheres. Ramon voltou para casa.

*Mais vale um anarquista do que um capitão!* escreveu ele meses antes e manteve sua coerência política. Ao retornar à Berga, assumiu o posto de vice-prefeito, foi conselheiro de provimentos, membro da Comissão Municipal de Refugiados e chegou a ser conselheiro da Generalitat até meados de 1938, quando foi convocado para integrar a 153ª Coluna (antiga *Terra e Liberdade*) como soldado e voltou a frente de batalha.

O pequeno mas simbólico artigo de Ramon Casals, que apresentamos ao público pela primeira vez em português, foi extraído das páginas do

periódico *Solidaridad Obrera*, justamente do período em que é proposto a militarização das colunas e comitês de defesa autônomos. O texto reflete o sentimento e o pensamento de um importante militante anarquista que mesmo em plena guerra civil se negou a participar de um processo que pretendia restaurar as hierarquias e abominações que o militarismo causou e ainda causa no mundo inteiro. Essa posição teve grande repercussão durante os anos de 1936 e, em especial, 1937, levando a grandes debates e cisões dentro do movimento cenetistas e anarquista. Com a vitória da obrigatoriedade da militarização das colunas e exércitos populares o movimento revolucionário sofreu um duro golpe.

Dedicamos essas poucas linhas à memória dos milhões de mortos ao redor do mundo pelas mãos sedentas de sangue dos militares...

*Biblioteca Terra Livre*

# A coletivização na Espanha\*

---

Augustin Souchy

A quartelada de 19 de julho de 1936 teve consequências de longo alcance para a vida econômica da Espanha. A defesa contra os militaristas e o clero só foi possível com a ajuda do proletariado. A burguesia republicana sozinha teria sucumbido. Teve que ficar ao lado do proletariado. Porque em 1934, quando as esquerdas catalãs quiseram opor-se a Madri sem os trabalhadores, e contra anarquistas e sindicalistas, Madri venceu. Os defensores da autonomia catalã foram derrotados. Após esta derrota vingou-se Madri. Os governantes catalães, começando por Companys, foram condenados a anos de prisão.

Dessa vez, se a pequena burguesia não desejava se expor ao mesmo perigo, tinha que se juntar aos anarquistas e sindicalistas.

Esse ato não poderia limitar-se à arena política. Sindicalistas e anarquistas tinham experiências ruins com a república burguesa. Não era de se supor que iriam contentar-se em servir de muralha ao golpe clerical-militarista. Era evidente que realizariam uma transformação do sistema econômico. Não queriam que perdurasse a exploração econômica, que viam como a causa da opressão política.

---

\*: Este é o primeiro capítulo do livro *Coletivizações - O trabalho construtivo da Revolução Espanhola*, de autoria de Augustin Souchy e Paul Folgare. A íntegra do livro, em versão em espanhol, está disponível em: <http://colectivizaciones.blogspot.com.br/2009/05/colectivizaciones-la-obra-constructiva.html>. (N.T.).

O clero, a camarilha militar e os grandes capitalistas a eles aliados conheciam esse estado de coisas. Sabiam muito bem o que estava em jogo. O triunfo dos militares teria por consequência o estabelecimento de uma ditadura militar, reedição agravada da ditadura de Primo de Rivera. Se as coisas tivessem tomado esse rumo, não somente se salvariam as classes privilegiadas, como teriam dado a elas a oportunidade de explorar ainda mais os trabalhadores no futuro. Por esse motivo, colocaram-se ao lado dos conspiradores militares.

Os generais eram os atores, os grandes capitalistas moviam os fios em segredo. Não abandonaram sua discrição. Em parte, sequer estavam no lugar dos acontecimentos. Juan March, Francisco Cambo e outros de sua espécie não estavam na Espanha no início da quartelada. Esperavam o desenrolar dos acontecimentos no exterior. Se os militares triunfassem, seus empregadores voltariam. Mas na Catalunha, e em mais da metade de Espanha, o golpe de Estado falhou. Os empresários financiadores permaneceram no exterior.

Também os capitães da indústria, dirigentes e líderes das grandes empresas preferiram esperar o fim da luta armada no exterior. Em 19 de Julho, e nos dias seguintes, todas as grandes empresas tinham sido aban-

donadas por seus dirigentes. Os diretores das ferrovias, das empresas de transportes municipais, das companhias de navegação, das grandes fábricas têxteis e de metalurgia, os dirigentes e representantes das associações patronais tinha desaparecido. A greve geral dos trabalhadores, uma medida de defesa contra o golpe militar, paralisou completamente a vida econômica por oito dias.

Tendo aniquilado a resistência dos militares sublevados, as organizações proletárias decidiram acabar com a greve. Os sindicatos da CNT logo se convenceram de que não se poderia retomar o trabalho sob as mesmas condições de antes. A greve geral não tinha sido uma luta por salários. Não houve negociações sobre salários maiores ou melhores condições de trabalho. Não havia patrões. Os trabalhadores tinham não só que retomar o trabalho em tornos, locomotivas, bondes e escritórios; tinham também que ser responsáveis pela gestão das fábricas, das oficinas e das empresas de transporte. Em outras palavras, a direção da indústria e toda a vida econômica foi tomada pelos trabalhadores e empregados nelas ocupados.

Mas não se pode falar de socialização ou coletivização premeditada. Na verdade, não havia nada preparado, tudo tinha que ser improvisado.

Como em todas as revoluções, a prática precedeu a teoria. As teorias eram esmagadas e alteradas pela realidade. Os defensores da ideia de que se pode realizar o progresso social por meio da transformação pacífica estavam tão equivocados quanto aqueles que pensavam que poderiam criar no ato e por um golpe de força todo um novo sistema social e econômico instantaneamente, só com o poder político nas mãos dos trabalhadores. A realidade demonstrou que ambas as hipóteses eram igualmente falsas. Provou que era acertado foi ter que quebrar o poder militar e policial oficial do Estado capitalista para abrir o caminho para as novas formas de vida social. Mostrou que também era correto que os criadores dessas novas formas de vida tem que se preparar para a sua missão na teoria e na prática, no programa e na organização. Em cada teoria social há uma boa parte da utopia. E é bom que seja assim; caso contrário, não haveria criação. São necessários ideias, conceitos e entendimentos concretos sobre o caminho a seguir.

Os anarquistas e sindicalistas da Espanha tinham uma doutrina bem definida, enquanto os marxistas, em termos de socialização, defendem o conceito de que o Estado tem de assumir o comando da economia, as indústrias têm de ser estatizadas. Os anarquistas, no entanto, acreditam

que a socialização deve começar pelos trabalhadores, nas oficinas, nas fábricas, em todas as atividades da vida econômica. Este caminho conduz de baixo para cima, da periferia para o centro; o marxista, pelo contrário, de cima para baixo, do Estado ao povo.

Na Espanha, especialmente na Catalunha, o processo de socialização começou sob a segunda forma, como coletivização. Essa coletivização não deve ser entendida como a realização de um programa preconcebido. Aconteceu espontaneamente. No entanto, não se pode esconder a influência dos ensinamentos anarquistas nesse processo. Durante décadas os anarquistas e sindicalistas da Espanha consideraram a transformação social da sociedade como o seu objetivo principal. Nas assembleias dos seus sindicatos e grupos, nos jornais, panfletos e livros, discutia-se continuamente e de uma maneira sistemática o problema da revolução social.

O que deve ser feito no dia seguinte à vitória do proletariado? Deve-se derrubar o aparato do poder estatal. Os trabalhadores devem encarregar-se da gestão das empresas, administrá-las eles mesmos; os sindicatos têm de controlar a vida econômica. As federações locais tem que regular o consumo. Estas eram as ideias anarcossindicalistas. Essas ideias também foram aceitas pela FAI. Em suas pa-

lestras e congressos sempre defendeu a tese de que a vida econômica deve ser regida pelos sindicatos.

Quando se compara o curso dos acontecimentos em Barcelona e em muitas outras cidades da Catalunha e Espanha, verifica-se que a prática foi orientada segundo essas teorias. O poder público executivo passou aos sindicatos anarcossindicalistas e aos partidos políticos do proletariado e da pequena burguesia.

O Comitê das Milícias Antifascistas era o órgão superior, no qual estavam unidas a Esquerda Republicana de Catalunha, os autonomistas catalães, a União das Rabassaires, a CNT e a FAI, os partidos socialistas unificados (PSUC) e o Partido de Unificação Marxista. Os anarquistas e sindicalistas poderiam, nas primeiras semanas após o 19 de julho, terem se

encarregado sozinhos do poder público. Não o fizeram; renunciaram a isso. O governo catalão levava somente uma existência aparente. O Parlamento não reuniu-se novamente. Dois meses e meio depois, o governo desapareceu completamente. Em 28 de setembro reuniu-se um novo Conselho, composto por todas as organizações antifascistas que haviam reprimido o golpe de estado militar.

Estas foram as mudanças na arena política. Na área econômica, os sindicatos agiram sozinhos. Depois de 19 de julho de 1936, os sindicatos da CNT foram responsáveis pela produção e distribuição de alimentos. Os sindicatos preocuparam-se, acima de tudo, em resolver o problema mais premente, que era a oferta de alimentos para a população. Restaurantes populares foram abertos em todos



*Bônus de pagamento, emitido em janeiro de 1937, em plena Revolução Espanhola.*

os bairros, nas instalações dos sindicatos. Os comitês de abastecimento, criados para esse fim, retiraram alimentos dos depósitos de atacados da cidade e do campo.

O pagamento era feito por meio de bônus, avalizados pelos sindicatos. Todos os membros do sindicato, as mulheres e crianças dos milicianos e também a população em geral receberam comida gratuitamente. Durante os dias da greve, os trabalhadores não cobraram. O Comitê das Milícias Antifascistas concordou em pagar os salários dos dias de greve aos trabalhadores e empregados. A economia sem dinheiro dos antifascistas durou cerca de duas semanas. Quando, em seguida, retomou-se o trabalho e a vida econômica reiniciou o seu curso, voltou-se à economia com dinheiro. Depois de algumas semanas, mesmo a gasolina para os carros teve que ser paga novamente. Mas os sindicatos continuaram a controlar o consumo de gasolina como antes.

A primeira fase da coletivização começou ao encarregarem-se os trabalhadores das empresas. Em cada oficina, em cada fábrica, nos escritórios, armazéns e lojas nomearam-se delegados sindicais que foram destinados à gestão. Muitas vezes, esses diretores não tinham preparação teórica e apenas um pouco de conhecimento da economia nacional. Mas

sentiam profundamente suas próprias necessidades e compreendiam as demandas do momento. O problema dos salários, dos preços, dos produtos; a relação desses fatores entre si nunca havia sido investigada cientificamente por eles.

Não eram marxistas ou proudhonistas. Mas entendiam seu ofício, conheciam o processo de produção da sua indústria e souberam arranjar-se. Se não havia ordens, ajudava a sua inteligência.

Em algumas fábricas têxteis fabricaram lenços de seda rubro-negros com inscrições antifascistas estampadas e os lançaram ao comércio.

“Como eles calcularam o preço? Como eles definir a margem de lucro?”, perguntou um jornalista marxista estrangeiro.

“De margem de lucro não entendo nada - disse que o operário. Nós olhamos os livros para ver o quanto valia a matéria-prima, calculamos as despesas correntes, adicionamos um custo adicional como reserva, somamos os salários e outra sobretaxa de dez por cento para as Milícias Antifascistas, e esse foi o preço”.

Os lenços foram lançados no mercado a um preço menor do que poderia ter sido feito antes; os salários dos trabalhadores foram maiores; a margem de lucro capitalista foi convertida a favor da luta contra o

fascismo. Dessa forma foi realizada a transferência da administração na maioria das empresas. O empregador era excluído se ele se opusesse ao novo curso dos acontecimentos. Era contratado, se aceitasse a mudança. Seguia trabalhando como um líder técnico ou comercial, às vezes como operário, e recebia salário como os operários ou técnicos do escritório. Este processo e essa mudança eram relativamente simples.

As dificuldades surgiram mais tarde. Rapidamente acabaram as matérias-primas. Nos primeiros dias após a revolução foram apreendidas. Logo teriam que ser pagas ou abonadas.

Do exterior chegavam algumas matérias-primas. Começaram a aumentar os preços desses materiais e, portanto, também dos produtos. Os salários foram aumentados. Mas essa medida não foi geral. Em alguns setores o aumento foi considerável. Na primeira fase da coletivização, os salários dos operários e empregados eram diferentes mesmo dentro da mesma indústria.

Ao limitar a coletivização à abolição dos privilégios de alguns patrões, ou à eliminação do lucro patronal em uma sociedade anônima, os trabalhadores passaram a ser os beneficiários efetivos, simplesmente substituindo os anteriores proprietários. Essa mu-

dança foi um arranjo mais justo que o existente até então, porque os trabalhadores agora cobravam efetivamente os frutos do seu trabalho. Mas esse sistema não era nem socialista, nem comunista. Em vez de um capitalista houve uma espécie de capitalismo coletivo.

Enquanto antes havia um único proprietário de uma fábrica ou de um café, os trabalhadores das fábricas ou os funcionários do café passaram a ser agora os seus proprietários coletivos. Os funcionários de um café próspero tinham rendimentos mais elevados do que aqueles de um estabelecimento menos afortunado<sup>1</sup>. A coletiviza-

---

<sup>1</sup> Nesta fase também parou a coletivização russa. André Gide descreve isso em seu livro "De volta da URSS" da seguinte forma: "Nós visitamos um kolkhoz [fazenda coletiva] modelo perto de Sukhum. Existe há seis anos. No primeiro momento, teve que lutar muito, mas hoje é um das melhores ... Chamam-no o milionário. Tudo respira bem-estar. Esse kolkhoz se estende por uma vasta área. Favorecida pelo clima, a vegetação é abundante. Cada casa, construída de madeira, eleva-se sobre uma base de pedra, pitoresca, encantadora. Está cercada por um espaçoso pomar com árvores frutíferas, verduras e flores. Esse kolkhoz conseguiu produzir um lucro significativo, o que lhe permitiu acumular reservas consideráveis. Pôde aumentar os salários para quinze rublos por dia. Como foi calculado esse aumento? Da mesma forma como se fixam os dividendos dos acionistas, como se o kolkhoz fosse uma empresa capitalista. Subsiste esta previsão: na URSS não existe mais a exploração da grande massa para o proveito de poucos. Os próprios trabalhadores, ou seja, os do kolkhoz, repartem o ganho entre si, sem dar nada ao Estado. (Assim pelo menos me explicaram várias vezes.) Sob

ção na Espanha não podia parar nessa fase. Esse era o sentimento de todos. Os sindicatos decidiram encarregar-se do controle das empresas; os sindicatos da indústria transformaram-se em empresas industriais.

O sindicato da indústria da construção de Barcelona encarregou-se dos trabalhos em todos os canteiros de obras da cidade. O ramo de cabeleireiros foi coletivizado. Em cada salão de cabeleireiro há um delegado sindical, que entrega semanalmente todos os rendimentos ao Comitê Econômico do sindicato. As despesas de todos os salões de cabeleireiros são pagas pelo sindicato, incluindo os salários. Os sindicatos de trabalhadores substituiu o sindicato dos patrões. A justiça social foi alcançada em alguns ramos. Mas algumas indústrias são melhores que outras. Há ramos mais ricos e mais pobres, salários maiores e menores. Também não se pode parar o processo de coletivização nesta fase.

Na Federação Local dos Sindicatos de Barcelona (CNT) se discute a criação de um comitê de ligação: este

---

todos esses aspectos, não se pode dizer nada se não existirem também kolkhozes, mais pobres, que não podem manter-se bem. Se bem entendi, cada kolkhoz tem a sua autonomia, e nenhum vestígio de assistência mútua. Talvez eu esteja errado? Gostaria de estar errado”. A coletivização agrícola parece estar ainda na sua fase inicial na Rússia. Eles ainda não chegaram a socialização. (Veja André Gide: “De volta da URSS”). (Nota do Autor).

tem que cobrir todas as comissões econômicas de todos os sindicatos; os fundos têm de se concentrar em um único lugar, uma única caixa de compensação deve procurar uma distribuição equitativa. Em alguns setores há estes comitês de ligação e fundos de compensação desde o início. A Companhia de Ônibus de Barcelona, administrada pelos trabalhadores, prospera e obtém excedente. Parte dele vai para um fundo de reserva para comprar matérias-primas no exterior, e o resto é usado para auxiliar a Companhia de Bondes, que não funciona com tanto superávit. Empresas completamente não lucrativas, como o funicular Montjuic-Porto de Barcelona, serão suspensas, por razões econômicas, durante o inverno.

Quando a benzina começou a se tornar escassa, quatro mil taxistas ficaram desempregados; o sindicato teve que pagar seus salários. Foi um fardo pesado para o sindicato de Transportes. Ele foi forçado a procurar a ajuda de outros sindicatos e da prefeitura de Barcelona. A indústria têxtil tinha poucas matérias-primas. O trabalho foi limitado; em algumas fábricas só se trabalhava três dias por semana. Mas era preciso pagar os trabalhadores. Como os trabalhadores do setor fabril e têxtil não dispunham de meios suficientes, a Generalitat teve que ajudar. O processo de cole-

tivização não pode ser parado neste estágio. Os sindicalistas exigem a socialização. A socialização para eles não significa nacionalização, a transferência da economia para o estado. A socialização deve ser uma generalização da coletivização. A reunião dos fundos de todos os sindicatos em uma caixa central, uma concentração na federação local, que se tornaria uma espécie de empresa coletiva. Seria uma socialização a partir de baixo, ou seja, de empresas de trabalhadores para toda a comunidade inteira. Sem organizações de trabalhadores não há socialização.

## II

Pouco se falou de expropriação. Entendia-se que este é um conceito negativo que expressa a abolição de uma forma de propriedade, mas não diz nada sobre a forma da nova organização. A formulação marxista: expropriação dos expropriadores, é pouco conhecido na Espanha. O coletivismo, no entanto, tem tradições enraizadas; existia em sua forma antiga já antes do movimento proletário moderno.

Ressuscitou na Primeira Internacional. Ao contrário do que vários países com tradições de direito romano, a forma de exploração do feudalismo na Espanha consistia menos

no direito de propriedade privada da terra do que no usufruto dos produtos da terra. Esta forma subsistia em parte até a eclosão da revolução. Sob o sistema arrendatário da rabassa na Catalunha, os camponeses tinham de pagar o arrendamento sob a forma de produtos agrícolas.

O valor do arrendamento que seria pago aos proprietários levou no ano de 1934 a um grave conflito entre a Catalunha e Madri. Madrid reivindicou o direito de nomear os juizes que deveriam decidir sobre as demandas dos proprietários de terras. Os pequenos agricultores refugiaram-se nos anseios de autonomia da Catalunha.

A luta pela independência política da Catalunha tem um aspecto econômico. Os grandes proprietários simpatizavam com Madri. Mas não somente na Catalunha; em todas as regiões de Espanha subsistem as tradições do coletivismo. Depois de derubar a força dos generais, sentia-se por todo o campo o anseio de coletivizar grandes propriedades existentes. As organizações sindicais e os grupos anarquistas encabeçavam esses esforços de coletivização. Foram fiéis às suas tradições. No congresso da CNT em Madri em junho de 1931, a coletivização da terra foi designada como um dos fins mais importantes dos trabalhadores rurais. As resoluções aprovadas pelo congresso mar-

cam claramente o caminho que foi seguido pelos trabalhadores do campo em julho e agosto 1936. A resolução apela:

“a) A expropriação sem indenização de todas os latifúndios, pastagens, áreas de caça e extensões aráveis, declarando propriedade social. Cancelamento dos atuais contratos de tributação ao proprietário, por outros que os sindicatos definirão em harmonia com as necessidades de cada localidade.

b) Confisco dos gados de reserva, sementes, ferramentas agrícolas e máquinas que está nas mãos de proprietários expropriados.

c) Entrega proporcional e gratuita em usufruto de tais terras e efeitos aos sindicatos de camponeses para exploração e gestão direta e coletiva.

d) Abolição de contribuições, impostos sobre a propriedade, dívidas e encargos de hipoteca que pesam sobre as propriedades que são o sustento de seu proprietário e são cultivadas diretamente por eles, sem intervenção continuada e nem exploração de outros trabalhadores.

e) Eliminação de renda em dinheiro ou em espécie que os pequenos arrendatários (*rabassaires*, colonos, arrendatários regionais etc.) são atualmente forçados para satisfazer os grandes proprietários de terras e os intermediários dedicados à sublo-

cação.

A preparação construtiva dos agricultores de acordo com nossos princípios é a missão mais importante e mais difícil do sindicalismo no campo. A mais importante porque, sem ela, não pode ser viável ou consequente o desenvolvimento da revolução social.

A mais difícil, por ser muito numerosos os obstáculos tradicionais e subjetivos, atraso cultural, instinto de propriedade e individualismo egocêntrico, o que dificulta a absorção das massas camponesas para fins coletivistas.

O movimento sindical camponês pode e deve superar esses obstáculos mediante uma propaganda clara, abrangente e tenaz de seus fins ideológicos e um trabalho educacional e sindical que desenvolva nos trabalhadores do campo hábitos de solidariedade coletiva e os predisponha e capacite para colaborar sem reservas e em interesse próprio na implementação do regime coletivista ou comunista libertário.

O Congresso declara que a socialização da terra e todos os meios e instrumentos que cooperam na produção agrícola, assim como seu cultivo, uso e gestão por sindicatos agrícolas de produtores federados, é condição essencial para a organização de uma economia que assegure à coletividade

trabalhadora o gozo do produto integral de seu trabalho”.

A coletivização da terra tomou outros rumos na Espanha do que na Rússia. Todas as propriedades de grandes proprietários de terras foram coletivizadas em uma comuna. Estes últimos eram partidários dos militaristas clericais e lutavam contra o povo. Os proprietários que aceitaram a transformação econômica continuaram trabalhando no sindicato. Puseram-se à frente da coletivização. Os exportadores também se juntaram ao sindicato: em muitos lugares também os pequenos proprietários. A terra é trabalhada pelos camponeses coletivamente; todos os produtos são entregues ao sindicato. Este paga os salários e vende os produtos. Os pequenos proprietários que não queriam fazer parte da comunidade permaneceram fora do sindicato.

Estes, então, tem que lutar duro por sua existência. Eles não são forçados a nada, mas tampouco podem desfrutar das facilidades econômicas. Em contrapartida, no sindicato organiza-se o trabalho de uma forma racional. Ali se aplica o princípio: todos por um, um por todos.

Mas o pequeno proprietário permanece fora da comuna. Na distribuição das ferramentas agrícolas, dos alimentos etc., o pequeno proprietário é

o último<sup>2</sup>.

A vida dos trabalhadores rurais melhorou com a coletivização do trabalho e a nova regulação do consumo no sentido econômico; politicamente é livre agora. O agricultor tem sido capaz de manter seus costumes, as suas liberdades individuais não sofreram redução. Nada de viver em grandes edifícios; nada de cozinhas coletivas. Mas o espírito da propriedade, a “possessão demoníaca”, que precisamente no campo chegou a extremos de egoísmo crasso, foi destruído<sup>3</sup>.

O sindicato dos agricultores é agora uma empresa econômica. Ele lida com a limpeza e a embalagem de frutas destinadas à serem emitidas. O sindicato paga aos trabalhadores. Em algumas comunas quase toda a vida

---

2 Tive a oportunidade de participar de uma reunião de uma união agrícola na província de Valência. Pequenos produtores foram igualmente representados. Eles reclamaram que faltou isto e aquilo. Um plano de comissão realizou melhorias na agricultura. Foi muito instrutivo observar como os agricultores completaram as propostas da Comissão com as suas experiências. (Nota do Autor).

3 Um pouco de aventura. Durante uma viagem através dos laranjais, um companheiro de viagem, estrangeiro, quis comprar algumas laranjas. “Nós não vendemos”, disseram os camponeses, ocupados na colheita de laranjas. “Mas não é possível obter laranjas aqui?” “Tantas quantas quiser, mas não com dinheiro”. E os camponeses nos trouxeram gratuitamente um saco com 50 quilos de laranjas. Todas as tentativas, oferecendo o equivalente delas, eram inúteis. “Quando formos para Barcelona, vocês podem nos dar o seu excedente ...” (Nota do Autor).

econômica está nas mãos do sindicato. O sindicato nomeou vários comitês para a organização do trabalho, para o consumo, a distribuição, a defesa contra o fascismo. Cafés e cinemas, se existirem, estão sob o sindicato.

Nos pequenos povoados não há diferenças entre os vários ofícios e sindicatos. Todos estão unidos na federação local. Este é o verdadeiro nervo da vida econômica e, ao mesmo tempo, o centro político e cultural do povoado.

### III

Em Barcelona, a vitória sobre o fascismo teve o efeito de uma liberação de um jugo pesado. Todos se alegraram com a liberdade recuperada.

Mas muitos acreditavam que, para eles, começava uma época de *laissez faire*, em que poderiam fazer o que quisessem; fábricas, oficinas e armazéns cujos proprietários eram fascistas estavam abandonados. Os desempregados acorreram ao comércio ambulante. Isso se espalhou como uma epidemia. Todas as ruas da capital foram inundadas por mercadorias, que eram vendidas nas calçadas e até mesmo no meio da estrada.

Toda a cidade tinha uma nova fisionomia. Para os donos de lojas, o comércio de rua significou uma grande competição. Mas logo encontraram

um remédio. Puseram seus vendedores, que ofereciam suas mercadorias na rua. O sindicato dos vendedores ambulantes adquiriu tamanho gigantesco.

Alguns centenas tornaram-se muitos milhares. À venda ambulante só podia se dedicar quem possuía a licença de seu sindicato.

O sindicato da CNT teve responsabilidade. Concordeu em não admitir mais membros. Em seguida, os vendedores ambulantes formaram um sindicato da UGT. Neste, poderiam ingressar todos os que não foram admitidos no sindicato da CNT. Ao excesso do comércio ambulante foi adicionada a concorrência de duas organizações.

O assunto foi levado perante a Federação Local da CNT. Esta decidiu limitar o aumento no comércio de rua.

Apenas um número limitado de vendedores ambulantes foi admitido, atribuindo-lhes determinados lugares da cidade para este fim. O acordo sindical teve o efeito de um decreto. Milhares de vendedores ambulantes desapareceram em um dia das ruas de Barcelona.

Esta foi uma fase de desenvolvimento que teve alguma importância para a aparência da capital da Catalunha. A intervenção dos sindicatos foi decisiva. Definiu o rumo e o ritmo do

processo, regula a vida econômica da cidade; não só controla os trabalhadores nas fábricas, mas até mesmo os vendedores ambulantes.

#### IV

Em um ramo a coletivização não foi feita: no sistema bancário. Por razões óbvias. A coletivização não é feita por decreto a partir do alto, mas pela intervenção dos trabalhadores e empregados em cada empresa.

Por que os bancos não foram coletivizados? Os bancários estavam mal organizados. Havia dois sindicatos bancários, um da CNT e outro da UGT; o último, majoritário, opunha-se à coletivização e defendia a nacionalização.

A socialização deve ser feita, de acordo com a sua doutrina, por decretos governamentais. O governo não decretou a coletivização dos bancos. Assim, os bancários, em sua maioria, não sabiam o que fazer. A coletivização não foi realizada.

A minoria da CNT não conseguiu que fossem aceitas as ideias de mudanças econômicas e financeiras da sociedade.

Uma coletivização ou socialização dos bancos teria dado, sem dúvida, um rumo diferente ao desenvolvimento. A riqueza dos bancos não consiste em máquinas e ferramentas, mas em meios de circulação, valores

nominais, dinheiro. A apreensão de contas bancárias teria possibilitado uma centralização e distribuição dos meios financeiros existentes, e com isso uma economia dirigida. Um centro ordenador teria intervindo no processo.

Com a colaboração de representantes dos sindicatos industriais, os bancários teriam sido capazes de desenvolver um programa de assistência financeira a empresas vitais.

As instituições financeiras poderiam ter imediatamente se posto ao serviço da coletivização.

A coletivização não teria parado, teria abrangido toda a vida econômica. O processo de coletivização é comparável com a construção de uma obra; pedras são trazidas de muitos lados, pequenos edifícios são construídos cada um por si mesmo. Ao acoplarem-se os bancos, a realização do programa planejado teria sido feita de uma maneira arquitetônica. Não foi assim, perdeu-se tempo.

Mas a perda de um dos lados foi um ganho no outro. Não foram postos limites à iniciativa privada.

Depois de sete meses de experiências, os sindicatos convenceram-se de que era necessário coordenar os esforços das empresas coletivizadas em diversos setores. Eles basearam-se em experiências realizadas. As direções centrais que estão sendo cria-

das agora já não precisam nomear os órgãos inferiores; eles já existem. A cúpula da coletivização funda-se sobre uma base sólida, profundamente enraizada nos sindicatos industriais, nas seções profissionais, nas empresas e nas mesmas oficinas. Nisso se baseia a força da coletivização na Espanha.

V

No desenvolvimento de coletivização encontramos a mesma característica que no desenvolvimento político. Recusa de todos os esforços totalitários. Embora os sindicatos exigissem sua influência na distribuição

e fornecimento de alimentos, eles não queriam monopolizá-los. O sindicato do setor alimentício encarregou-se pelas padarias (não há grandes fábricas de pão em Barcelona). Há também pequenos fornos. Estes continuam a trabalhar por conta própria, como antes. O transporte do leite do campo para as cidades está nas mãos dos sindicatos. Estes provêm a maioria das fábricas de laticínios. Os sindicatos do setor alimentício controlam as propriedades rurais e colaboram com as fazendas coletivizadas e as cooperativas agrícolas.

A restrição de importação de leite condensado resultou na escassez de



*Cartaz da Indústria automotiva, coletivada durante a Revolução Espanhola.*

leite. O sindicato do setor alimentício comprou leite condensado no exterior e resolveu esse problema em Barcelona. Na Rússia, as lojas foram fechadas durante o primeiro período da revolução. Isso não aconteceu na Espanha. O comércio por atacado passou para as mãos dos sindicatos. O varejo adquire seus produtos por meio do sindicato. Os preços de varejo foram definidos para os comerciantes. O comércio interior foi unificado e controlado. Liderando o “monopólio” estava o Ministério de Abastecimento.

O objetivo era organizar de maneira uniforme todo o abastecimento com comida da Catalunha, para suprir todas as populações. Foram fixados preços unificados nas comunas coletivizadas, nos sindicatos de pescadores e em outras indústrias de alimentos, de acordo com o órgão distribuidor. O objetivo prosseguido por esta política econômica era evitar o aumento do preço dos alimentos. Ela acabaria com a especulação e a usura.

Mas, em meados de dezembro, essa política foi bruscamente interrompida. Em 16 de dezembro aconteceu uma transformação no Conselho da *Generalitat*. Os comunistas conseguiram a separação do POUM (Partido de Unificação Marxista) do Conselho. No novo Conselho, Comorera se encarregou de Abastos. É filiado ao Partido Socialista Unificado

(ala de Moscou). Doménech, representante da CNT, recebeu outro cargo. Comorera removeu o monopólio de Abastos. Reintroduziu o livre comércio. Com isso se deu passe livre ao aumento de preços. O processo de coletivização foi interrompido neste campo. Uma espécie de pequena NEP.

Na Catalunha, o desenvolvimento acontece mais rapidamente do que na Rússia. Para o que lá necessitavam anos, aqui se realiza em meses. Mas com a novo rumo da NEP catalã não foi concluído o desenvolvimento. A população trabalhadora não quer parar nem recuar. O coletivismo não pode ser exterminado na Espanha. O desenvolvimento da sociedade vai por esse caminho. Nem a guerra pode obstruir este processo.

## VI

Descrevemos neste livro, sistematicamente, o curso da coletivização em cada uma das suas fases e indústrias. Demonstramos, com documentos em mãos, como os trabalhadores tomaram as empresas sob sua responsabilidade e as levaram adiante. Também tentamos verificar os resultados da coletivização. Será que a coletivização tem uma influência favorável ou desfavorável sobre a produção? Não é preciso hoje responder teoricamente essa questão. Temos à vista os

resultados de muitas empresas. Também consultamos a opinião subjetiva de muitos trabalhadores. Se estão felizes, trabalham mais.

Se eles se sentem como parceiros responsáveis, têm mais interesse pela produção. No domínio dos transportes, as vantagens da coletivização são óbvias. Apesar do aumento geral dos preços, as tarifas dos meios de transporte não aumentaram em Barcelona. E, no entanto, os salários dos trabalhadores das empresas de transporte não são mais baixos. Não são negligenciadas a higiene e a estética dos veículos: bondes pintados de novo, novos ônibus elétricos estão nas ruas. Todos os táxis foram reformados. Não é tão bom para a indústria têxtil.

A escassez de matérias-primas faz com que em muitas fábricas se possa trabalhar apenas dois ou três dias por semana; mas os salários de quatro dias são pagos. A extensão desse estado de coisas enfraquece as empresas. Quatro salários semanais são insuficientes. Isso não é o resultado de coletivização, mas da guerra.

A indústria têxtil catalã perdeu seus principais mercados de vendas. Parte da Andaluzia, Extremadura, Castilla la Vieja, todo o Norte da Espanha com os seus distritos industriais densamente povoados, Asturias, estão fora do alcance ou nas mãos dos fascistas.

Não foram encontrados novos mercados. Isso levou à crise na indústria têxtil<sup>4</sup>. A coletivização da agricultura e da indústria abre uma nova fase no movimento proletário: leva à mudança estrutural da sociedade. Ainda é cedo para julgar definitivamente este desenvolvimento, que é um dos fenômenos mais interessantes dos nossos dias. A coletivização ensina novas perspectivas, leva-nos por novos caminhos. Na Rússia, a revolução tomou o caminho da estatização. Na Itália e na Alemanha, o fascismo coloca suas esperanças na ideia do Estado Corporativo.

Nos países democráticos também acreditam encontrar a solução para a atual crise econômica em uma nova estruturação das bases políticas e econômicas da sociedade. Nos Estados Unidos, Roosevelt vai por novos caminhos; na Bélgica, De Man propõe um socialismo parcial.

Na França, existem teóricos da democracia, que se apoiam na ideia corporativa. Recomenda-se a adoção de um sistema eleitoral coletivo, a ser adicionado ao sistema eleitoral indi-

---

<sup>4</sup> Durante o primeiro mês de 1937, a situação melhorou um pouco. Trabalha-se para material de guerra. Em Sabadell, um centro da indústria têxtil, com 60.000 habitantes, trabalha-se normalmente, enquanto que em Barcelona trabalha-se com restrições em algumas fábricas de funcionando normalmente agora em Barcelona a trabalhar mesmo com restrições em algumas fábricas de fiações. (Nota do Autor)

vidual; introdução de um Parlamento econômico ao lado do Parlamento político.

O cidadão não só deve ter a sua representação como um consumidor: o trabalhador deve ter também sua representação como um produtor, a representação da sua profissão no Estado e na organização nacional do seu país. Nestas inovações veem a saída da crise política, econômica e espiritual, a reabilitação da vida social. Na Espanha, não se desenvolveram no-

vas teorias; o mesmo povo, os camponeses, os trabalhadores nas cidades, tomaram em suas mãos a terra e os meios de produção.

Com grande esforço, tentando e às vezes errando, mas sempre à frente, esforçam-se para construir um sistema mais justo de sociedade, em que os frutos do seu trabalho são recolhidos pelos próprios trabalhadores.

Este é o significado da coletivização na Espanha. Isto se deve ter em mente ao ler este livro.

**Augustin Souchy (1892 - 1984)** foi um jornalista e militante anarcossindicalista alemão. Viajou até a Espanha não só para cobrir os eventos da Revolução, mas também para participar ativamente do processo, organizando o recebimento de dinheiro e de armamento do exterior.

Tradução de Clayton Peron a partir da versão transcrita pelo coletivo *Pluma de Indio*.

# O problema do dinheiro durante a autogestão espanhola (1936-1939)

---

Frank Mintz

**I**mersos, como estamos, na sociedade do consumo e em suas múltiplas facetas, tanto no mundo ocidental, como no mundo oriental e nos países em desenvolvimento, é para nós difícil entender, e até mesmo compreender, o sistema organizativo monetário durante a Guerra Civil Espanhola.

É importante, para começar, conhecer ao menos brevemente as ideias propostas por militantes anarcossindicalistas e de outras ideologias antes do 19 de julho de 1936. No que se refere à ala marxista não há nenhum problema: da mesma forma que a desaparecimento do Estado aparece em uma data imprecisa, o problema do dinheiro e as diferenças salariais se mantêm tanto em Marx<sup>1</sup> como nos marxistas leninistas: “Não se pode conceber que um maquinista de trem possa receber o mesmo salário que um copista. Marx e Lenin dizem que a diferença entre o trabalho qualificado e não qualificado existirá ainda sob o sistema socialista e inclusive após a supressão das classes”<sup>2</sup>.

Do lado libertário há duas posições distintas. A primeira é de Kropotkin na *Conquista do Pão*, na qual preconiza a *toma del montón*<sup>3</sup> e a socialização das rique-

---

1 Indiretamente em “a produção da mais valia absoluta, capítulo sobre o trabalho e o valor”, ao final do mesmo na tradução integral de *O Capital*: “Essa força de trabalho que se materializa, durante os mesmos períodos de tempo, em valores relativamente mais elevados, o de valor superior ao normal se traduz, logicamente, a um trabalho superior”. Tomo I, pág. 158, La Habana, 1965.

2 Stálin, 1931, em *Questões do leninismo*, Moscou, 1947, pp. 420-421, texto original; citado em Zemliak, (pseudônimo de Frank Mintz) traduzido do francês, em Kropotkin, *Obras*, Editora Anagrama, p. 120.

3 Mantivemos a expressão no original, tal como fez o autor, para enfatizar o termo que se popularizou

zas, assim como o rechaço de todas as diferenças salariais. A segunda, mantém a moeda ao mesmo tempo que os bônus de consumo, com o objetivo de suprimir o caráter especulativo da poupança, do empréstimo etc. Pierre Besnard foi quem melhor elaborou essa teoria, pensando em um sistema de salário nacional, a partir dos bônus e dos intercâmbios internacionais, eventualmente baseados no ouro.

A prática revolucionária de 1933 e 1934 clarificou os conceitos. Por exemplo, quando da tentativa insurrecional do comunismo libertário, em Aragão, em dezembro de 1933, o dinheiro foi abolido, o que pode relacionar-se tanto aos artigos de Isaac Puente em torno do comunismo libertário, como à influência de Kropotkin (muito lido na Espanha): isto é, a uma tradição comunal e um rechaço visceral à política burguesa (que, sem dúvida, liga-se com a tradição religiosa do dinheiro como fonte de perversão).

Em 1934, quando a insurreição, voluntariamente limitada a Astúrias devido a obscuras manobras políticas, como aquelas de socialistas e comunistas do Bloco Operário-Camponês (posteriormente, agrupado no POUM, aglomerado de grupos marxistas dis-

---

na Espanha a partir da obra a Conquista do Pão, de Piotr Kropotkin. Este termo designava a expropriação dos bens produzidos em abundância. (N. T.)

sidentes antes das eleições de 1936) e também as do PC<sup>4</sup>, os comitês criaram bônus para que a população pudesse abastecer-se; bônus que os comerciantes aceitavam.

Essas duas experiências foram amplamente comentadas em toda a Espanha. E os próprios socialistas e comunistas do BOC e do PC se animaram (apesar de Marx e de Lenin-Stálin) diante da capacidade dos trabalhadores asturianos em matéria monetária. Desse modo, do lado anarquista, a visão de Besnard (e Leval) de um salário e uma moeda sem seus aspectos especulativos assemelhava-se à de Kropotkin e Isaac Puente, que implicava a supressão do dinheiro. O Congresso da CNT de maio de 1936 não tomou postura, ao adotar uma proposta sobre o comunismo libertário, pronunciando-se de uma forma ambígua<sup>5</sup> baseada no “carnê do produtor”. Por outro lado, as demais resoluções citadas por Antonio Elorza no

---

4 O PC se utilizou do POUM como aríete contra Trotsky, até o disparate de assimilar fascismo ao trotskismo, e portanto também ao POUM. O paradoxo é que Trotsky nunca aceitou o POUM porque lhes queria impor que ingressassem no PSOE e na UGT para dar uma orientação revolucionária. Ou seja, o POUM nunca teve nenhum apoio, e desde a CNT-FAI tampouco (por causa da intolerância e da desconfiança mútua), apesar de alguns grupos como Los Amigos de Durruti terem se mantido muito próximos dos poumistas. Nota de 2011.

5 Não sei porque pus uma opinião tão negativa: Isaac Puente sustentava e derivava sua proposta de Pierre Besnard. Nota de 2011.



*Cooperativa popular em Barcelona*

número 32 da *Revista del Trabajo*, vão do rechaço declarado ao rechaço velado. Pode, portanto, pensar-se que a maturidade na reflexão pré-revolucionária em relação ao projeto de “reforma monetária e esquema de circulação fiduciária em uma economia social” que cito em meu livro<sup>6</sup>, segundo Valerio. Mas (que foi que me fez conhecer) não começou até o início de 1936, em Granollers.

<sup>6</sup> Referência ao livro *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria* (disponível na íntegra: [http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/Mintz\\_Autogestion\\_y\\_anarcosindicalismo\\_libro\\_PDF.pdf](http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/Mintz_Autogestion_y_anarcosindicalismo_libro_PDF.pdf))

### **A aplicação na prática**

A guerra apresentou três tipos de reações sobre o problema do dinheiro. A primeira, cronologicamente, é a que teve lugar em Barcelona desde o princípio dos combates, já que os serviços públicos (água, gás, eletricidade etc.) continuaram funcionando e o abastecimento primário (pão, leite, etc.) continuou sendo feito, o que implica a preparação dos anarcossindicalistas e a previsão de necessidades. “Pão, a revolução necessita de pão! [...] Nossa tarefa específica consistirá em trabalhar de tal maneira que

desde os primeiros dias da revolução e enquanto ela dure não tenha um só homem no território insurrecto que não tenha pão.”<sup>7</sup>.

Durante os primeiros dias de febre, não houve realmente reivindicações globais: cada coletivo fez o inventário de seus recursos e, ao mesmo tempo, pensou em que medida poderia contribuir para a revolução. Penso que pode-se distinguir duas tendências, partindo de uma atitude idêntica de reorganização do leque de salários (os altos salários de diretores, subdiretores e empregos honoríficos foram suprimidos, os salários de engenheiros e dos quadros se mantiveram e o dos trabalhadores manuais aumentaram<sup>8</sup>). A primeira tendência foi a de trabalhar menos e ganhar mais, a que foi apoiada pela *Generalitat* e seu decreto de 24 de julho de 1936: sintomático que, reduzidos ao estado de fantasma jurídico, os catalanistas decretaram a semana de 40 horas e o aumento de 15% nos salários, apesar de que as necessidades revolucionárias eram grandes e a

---

7 Kropotkin, *A Conquista do Pão*, 2005, Libros de Anarres, Buenos Aires, p. 65.

8 Os salários superiores ainda representam somas injustificáveis; por exemplo, quando a ocupação da fábrica Lip em Besançon em 1973 soube que um ministro, atual homem forte de Giscard (presidente da França), Poniatowsky, recibia um salário como “ajuda para os conselhos de gestão”. Esse político foi condenado por corrupção e continua sendo processado em 2011. A situação global de corrupção é ainda mais acentuada hoje em dia. Nota de 2011

*Generalitat* não tinha nenhum poder sobre o Banco da Espanha.

A segunda tendência era a de aplicar o salário único (como nos transportes), supondo que, globalmente, não poderia gerar inflação nem mercado negro e foi imediatamente o que ocorreu, não somente na Catalunha, mas em toda a Espanha republicana. Evidentemente, o salário único não estava fixado com rigidez e também pensou-se que os preços se manteriam fixos. Essa tendência foi a que adotaram os coletivos agrários, a partir do anúncio da vitória em Barcelona, no que se designa normalmente como a Espanha republicana. Também aqui se deram duas tendências: o rechaço do dinheiro (inclusive queimado em alguns casos) e a instauração da *toma del montón* e o estabelecimento de uma moeda local. As variações locais e as discussões em assembleias gerais para modificar o sistema são resumidas por um testemunho da época: “Tudo o que foi feito, se fez imediatamente e como foi ensaiado. Durante os primeiros dias se deram bônus para poder adquirir o que se necessitava. Depois, foi feito o papel moeda e agora temos adotado o sistema da fórmula do carnê de produtor. Até agora, isso é o melhor do que temos posto em prática”<sup>9</sup>.

---

9 Bujalance, província de Córdoba, reportagem de *Solidaridad Obrera*, 25/09/1936, *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*, Buenos Aires, 2009, p. 78

Não ocorreu uma evolução de recursos que permitiu mudar o comunismo pela abundância, já que o racionamento alcançou a todos. Também houve a permanência da hierarquia machista. Em uma economia não racionada, a igualdade se instaura, de fato, entre as pessoas e os sexos. Ao estabelecer o carnê de produtor, os coletivos rebaixaram a mulher, que sempre ganhou menos que os homens. Gastón Leval disse na edição italiana do seu livro: “Em quase na metade das coletividades agrárias, o salário que se pagava [à mulher] era inferior ao do homem, em outra metade era equivalente; estas diferenças podem explicar-se tendo em conta que a mulher solteira poucas vezes vive sozinha”<sup>10</sup>. Apesar de não ter a documentação de todos os salários das coletividades, não vi nenhuma coletividade agrária aplicar a igualdade de salários entre homens e mulheres.

Esses dados permitem reagrupar as duas situações – coletividades do campo e da cidade – por meio da adoção em ambos do salário familiar (segundo o número de membros da família), o que se subentende o clã familiar, cuja evolução está sancionada pelo matrimônio e pela criação de filhos... E, naturalmente,

---

10 *Né Franco, né Stalin: le collettivittà archiche spagnole nella lotta contro Franco e la reazione staliana*, 1952, pp. 314-315. Ver o texto inteiro em *Principios y enseñanzas de la Revolución Española* (disponível em: [http://www.fondation-besnard.org/article.php?id\\_article=1182](http://www.fondation-besnard.org/article.php?id_article=1182)).

a escala dos salários era diferente para os homens casados ou solteiros, as mulheres solteiras, as crianças e os idosos (às vezes separados).

Outro aspecto em comum em ambas as coletividades era o problema da troca, aquisição de bens fora dos coletivos. Em todos os casos, a base das estimativas se fazia em pesetas, e o acordo era feito tanto em dinheiro da coletividade quanto a trocar direta entre coletividades, quando era possível. Nesse ponto nos deparamos com a falta de dados estatísticos sobre os produtos disponíveis tanto no mercado (certamente desordenado) como nas coletividades da região e nas próprios ramos da autogestão.

E chegamos, naturalmente, ao terceiro aspecto: o sistema bancário, que se manteve nas mãos dos burgueses republicanos, apesar do desejo de tomá-lo e o exemplo do Banco de Oviedo de 1934 (o que Federica Montseny sublinhou ao mostrar a grande consciência revolucionária em relação à Comuna de Paris, em *La revolución de octubre. Quince días de comunismo libertario*, de Solano Palacio). Pode-se acrescentar os desejos, e até as tentativas, dos anarcossindicalistas de se apropriarem do ouro do Banco da Espanha em Madri (ver Santillán, García Oliver e o livro *Durruti* de Abel Paz), mas a colaboração política imposta pelos dirigentes sindicalistas da CNT-UGT fez com que essa operação falhasse.

## Rumo à autogestão

Essa situação de duplo poder, mortal e assassino para a autogestão, como já haviam demonstrado os exemplos precedentes (Alemanha e Itália nos anos 1918-1920 e a URSS dos anos 1917-1921), aconteceu, na verdade, uma acentuação no processo autogestionário. Na Catalunha, uma lei de outubro de 1936 destruiu completamente a experiência industrial, ao criar a dependência das coletividades em relação aos créditos governamentais que se outorgavam segundo a tendência política dos ministros e dos responsáveis das coletividades<sup>11</sup>. Em Aragão, uma estatística regional dos estoques e das necessidades funcionou, mas no que se refere às trocas fora da região e com o estrangeiro houve certa competição entre o organismo responsável pelas compras no exterior e algumas coletividades suficientemente ricas para comerciar diretamente, apesar de que existia uma caixa de compensação para as coletividades pobres. Na província de Valência, as coletivizações foram travadas “graças” ao PC, que propôs uma

---

11 No Ocidente ainda ocorre, e no Oriente também, mas sob a forma de relações de corrupção – “o *tolkach*, que tem por missão sentar-se nos ministérios ou nas antessalas de empresários até obter os créditos, os bônus de compra, os materiais ou a infraestrutura necessária”. *Panorama da URSS*, fevereiro/março de 1979, em *Correo de los países del Este*, pág. 155 e seguintes, citando o *Pravda*, 25/2/1972, pág.3 e a *Izvestia*, 18/01/1978, pág. 6

organização dos cítricos, sabotando a da CNT-UGT e chegando a posições irreduzíveis: o rechaço do comércio entre as coletividades e os que dependiam do PC.

Para amenizar a inércia causada pelos oponentes e inimigos armados contra a autogestão, estabeleceram-se relações econômicas baseadas na política e não na rentabilidade: Ascó (província de Tarragona) recebeu uma ajuda financeira do sindicato dos cabeleireiros de Barcelona, porque um membro deste sindicato estava convalescendo na coletividade, para comprar uma bomba elétrica para água; e a mesma coletividade empregou companheiros do sindicato dos tijoleiros de Granollers, para a colheita de azeitona. Compreende-se que em uma atmosfera de falta de confiança, as relações pessoais não ofereciam a garantia necessária, mas poderia haver um mínimo de coordenação na mesma província, como no caso de Ascó. Acreditamos que este caso pode ter se repetido, já que as relações federativas entre as coletividades ainda não estavam suficientemente claras.

A CNT, que tinha optado não autogestionar o sistema bancário, se encontrou na necessidade de financiar os organismos econômicos anarcossindicalistas. Ainda reconhecendo que “o ideal [...] a supressão do dinheiro [é] indiscutível”, se propôs um banco com três funções: banco para os sindicatos; bancos para

os produtores (análogo às cadernetas de poupança de hoje em dia); banco para o comércio exterior<sup>12</sup>. O projeto finalmente se realizou quando o plano econômico ampliado de janeiro de 1938<sup>13</sup>, e certamente na prática não foi efetivo.

Quanto às coletividades, tanto industriais quanto agrícolas, minha impressão é que a situação cotidiana do salário interno pelo carnê de produtor e a mudança do emprego da peseta para as compras exteriores (peseta que sofreu a alta de preços de toda a zona republicana, enquanto os salários agrícolas se mantiveram, mais ou menos, no mesmo patamar de fim de 1936), não cresceu sensivelmente entre 1937 e 1938 (para Aragão e Catalunha) e 1939 (para o resto das regiões). Era uma situação bancária estacionária, que se movia no alto, mas nunca na base. As coletividades geriam sua produção e participavam no esforço de guerra, enviando uma parte da sua produção gratuitamente ao front, e às vezes acolhendo refugiados. Este esforço não era uma inversão, no sentido econômico do termo. Era necessário ganhar a guerra para reforçar a revolução e para os comunistas era ganhar a guerra para, eventualmente, começar a revolução e, de fato, as perdas econômicas geradas pelo PC, tanto diretamente (ataques à

autogestão em Aragão no momento da colheita do trigo) quanto indiretamente (sabotagem da campanha de cultivo dos cítricos de 1937-1938) são difíceis de estimar. Mas será necessário fazê-lo para ter uma visão financeira global da autogestão.

Esse assentamento, essa continuidade da vida econômica com ou sem moeda, ou com uma moeda esvaziada do seu poder especulativo, é a característica mais importante da experiência. Mas também há outros aspectos importantes para estudar: a transformação de ricos em pobres – por exemplo, nas coletivizações de Aragão onde a moeda local ou o carnê do produtor obrigavam os ricos a escolher entre entrar na coletividade ou ficar vegetando; o entesouramento eventual (resquício da especulação) em certas coletividades e a que nível (os dirigentes eram um embrião de uma nova classe?). Penso que, se nas coletividades agrárias os ricos sofreram uma mudança de condição, foi nos casos em que a CNT e a UGT estavam unidas; pois, nos demais casos, o PC criava uma seção da UGT (para seu próprio benefício), que protegia os ricos e os opunha à autogestão. Nas cidades, os ricos apenas foram incomodados. Também penso que nas coletividades agrárias os dirigentes eram, em sua maioria, conscientes dos possíveis desvios e tomavam precauções; e, pelo contrário, nas coletividades industriais, tenho a impressão de que

---

12 Segundo Amezcua em Soli, 16/02/1937, pág. 2

13 Proposta reproduzida em *La CNT en la revolución española*, de Peirats, tomo 3, cap. 1.

estavam menos protegidos, sem que me seja possível poder precisar alguma porcentagem.

Pode-se assinalar que os negócios baseados na troca direta seguiram em vigor (países do Oriente – países do Ocidente, na maioria dos casos), e que se os anarcossindicalistas tivessem podido colocar em prática seu sistema (por exemplo o projeto monetário), poderia ter funcionado. Pelo contrário, o ponto

obscuro segue sendo o modelo padrão, a estimativa a partir da peseta, necessariamente sujeita à inflação e dependente do sistema bancário; eu não tenho conhecimento de tentativas de estabelecer negócios a partir de uma outra forma de cálculo (a hora de trabalho de uma coletividade agrária de tal região; os artigos fixos: pão, leite ou carne). O assunto ainda está por ser explorado.

**Frank Mintz**, é um militante anarquista búlgaro radicado na França. Artigo publicado em 1979 na revista Bicicleta, nº 20, pp. 29-31, revisado em 2011 pelo autor. Traduzido por Panclasta.

# 80º aniversário da revolução: Mujeres Libres

---

Laura Vicente

**A** Guerra Civil Espanhola, e a revolução social, que eclodiu em julho de 1936 teve muitos componentes: social, político, cultural, militar, etc. Neste “etc” encontra-se o componente de gênero que esteve presente na guerra e no processo revolucionário que o anarquismo pôs em marcha na Espanha. As mulheres, que tinham melhorado lentamente a sua situação de marginalização e subordinação sistemática (melhoria acelerada no aspecto jurídico durante a Segunda República), apostaram no processo de guerra-revolução e lançaram-se determinadas a não permitir o retrocesso que seria a vitória do grupo insurrecto.

*Mujeres Libres*, tanto a revista em maio, como a organização entre julho e setembro de 1936, nasceu em guerra, nasceu em revolução. As mulheres que fizeram parte desta rede de cordialidade (Lucía Sánchez Saornil, Mercedes Comaposada, Amparo Poch, Soledad Estorach, Pepita Carpena, Concha Liaño, Pilar Granjel, Nicolasa Gutierrez (Nic), Apollonia e Felisa de Castro, Maria Cerdan, Elodia Pou, Áurea Cuadrado e muitas outras), como a chamou Lucía Sánchez, lançaram-se para contribuir para o sucesso da emancipação social e de gênero. A partir dos dois primeiros grupos, os de Madrid e Barcelona, a organização se espalhou e chegou a ter cerca de 20.000 afiliadas e 147 grupos, com especial destaque para o Centro (15 grupos de mais de 13 distritos de Madri) e Catalunha (40 grupos ao longo dos 6 distritos de Barcelona), seguidos de Aragão (14 grupos, dos quais apenas cinco foram localizados), Valência (28 grupos) e Andaluzia (dois grupos: em Granada e



em Almería).

“*Mujeres Libres*”, que se expressou por meio da revista de mesmo nome, foi a única organização que na década de 1930 se propôs a lutar pela libertação das mulheres com a autonomia de seu próprio ambiente libertário e com objetivos de gênero próprios, aos quais não renunciou para ganhar a guerra ou vencer a revolução, consciente de que, sem a libertação do gênero, não haveria vitória possível.

Logo ficou claro que a guerra não seria curta, e que exigiria o apoio de retaguarda e a cooperação das mulheres, ninguém duvidou da necessidade de serem mobilizadas, especialmente nas

áreas em que a revolução acompanhou a guerra. As mulheres ganharam acesso ao espaço e às responsabilidades públicas e houve uma inversão dos papéis tradicionais.

A guerra foi uma experiência de liberdade e responsabilidade sem precedentes para as mulheres. A maioria das trabalhadoras se tornou consciente das suas capacidades e valorizou sua nova independência econômica. Sabemos pouco sobre a natureza íntima da guerra, mas nós sabemos que houve um crescimento nas taxas de ilegitimidade durante o conflito. E a grande novidade foi que a mulher tinha de viver sozinha, sair sozinha e assumir

responsabilidades familiares sozinha, algo que sempre tinha sido considerado impossível e perigoso. As mulheres conquistaram a liberdade de circulação e de ação na solidão e no exercício das responsabilidades: livres do espartilho, dos vestidos longos e apertados, dos chapéus irritantes e, às vezes, dos laços e tranças, apareceram os penteados das mulheres masculinizadas, o uso de calças com as quais o corpo feminino poderia mover, podiam sair sozinhas, explorar a sexualidade e, por vezes, decidir a própria vida. Lucía Sánchez é o exemplo mais claro dessa ruptura de estereótipos nessa imagem em que caminha ao lado de Emma Goldman

com o cabelo curto, calças e gravata, mas não é o único caso. Em Barcelona, as mulheres dos ateneus, antes da guerra, eram tachadas de prostitutas por se atrever a usar calças - até mesmo shorts - e cortar seus cabelos.

O seu grau de consciência feminista levou essas mulheres a questionar o sistema patriarcal e a vincular a emancipação das mulheres com a transformação revolucionária. Com uma abordagem inovadora, estabeleceram a liberdade das mulheres a partir do desenvolvimento da independência psicológica e da autoestima, somente viável valorizando, além da luta social, a luta individual, a “emancipação inter-



*Lucía Sánchez Saornil (esq.), ao lado de Emma Goldman*

na” da qual falava a anarquista Emma Goldman. Assim, as mulheres tornaram-se sujeitos de sua libertação, não só com base na independência econômica, como no empoderamento e na afirmação da personalidade feminina. Liquidada a revolução e perdida a guerra, o triunfo do grupo insurrecto levou a uma ditadura com características fascistas que levou a uma derrota

de gênero de grandes dimensões, unida à derrota política, social, econômica e cultural. O novo regime foi um duro castigo para essas mulheres que, ou foram para um longo exílio, ou viveram um verdadeiro exílio interior, tentando manter uma luta constante para negar a submissão feminina imposta pelo regime franquista.

**Laura Vicente** é historiadora, especialista em anarquismo na Espanha, sobretudo Mujeres Libres. Texto originalmente publicado em: <http://pensarenelmargen.blogspot.com.br/2016/07/80-aniversario-de-la-revolucion-mujeres.html>. Traduzido para o português por Clayton Peron.

# Indomáveis

---

Lucía Sánchez Saornil

**C**om um profundo sofrimento interior, comprovamos a perda material da guerra espanhola. Somente nós que vivemos dia após dia, hora após hora a edificação daquele mundo assombroso, nascido no 19 de julho, sabemos bem tudo o que se perde ao perdê-la.

Quantas vezes acreditamos que avançávamos devagar, que caíamos em erros contumazes, que retrocedíamos...! E que terrível empurrão para frente demos, entretanto! É verdade que houve erros e titubeios, é verdade que o impulso inicial não se consumou; mas que grande porta se abriu para a liberdade do mundo! E o constatamos agora ao respirar novamente o ar mefítico de um Estado capitalista.

Criamos novas interpretações do direito, mais próximas, mais de acordo com o direito natural. Em plena guerra, acossados por forças numéricas muito superiores, no lógico desassossego de uma resistência improvisada a cada dia, contra um inimigo ferozmente sábio e assistido por todos os meios de ataques imagináveis iam-se esboçando ensaios sociais que, seguindo o curso natural da evolução, no jogo pacífico das reações sociais, precisaram, talvez, de cem anos para produzir-se. Assim o foi com as coletividades camponesas de Aragão e Andaluzia, algumas coletividades operárias da Catalunha e a obra, menos conhecida, do campesinato da nova Castilha.

Disse-se, alguma vez, por meio da boca dos doutores em suficiência de

todos os climas, que nossos ensaios eram balbucios ingênuos e primitivos. Não queremos lhes tirar toda a razão, porque, ao fim e ao cabo, todo o movimento espanhol, toda guerra espanhola não foi senão a reação do homem, em seu sentido mais exato de ser consciente, contra as interpretações jurídicas que convertiam a vida social em uma série de movimentos mecânicos, sem outro objetivo que não servir os interesses de uns poucos privilegiados, e, para vencer, era forçoso que voltássemos os olhos para as raízes primitivas das coisas. Para isto precisava-se de certa fé ingênuo, que limpasse nossa falsa e velha sabedoria, sem a qual estávamos expostos a continuar cultivando com distintos nomes os erros e as torpezas que abominávamos.

Sem esta fé ingênuo, sem este cândido primitivismo de que nos acusam os economistas *experts* da burguesia não teríamos conseguido realizar a série de magníficos ensaios que levaram a cabo a revolução espanhola, e que, mesmo perdida a guerra, ficarão gravados na história para aproveitamento desses mesmos economistas.

Ao falar de nossos ensaios, pensamos em outro tipo de detratores de nosso movimento, os “humanitaristas”, os quais ouvimos dizer uma multidão de vezes que “ensaios”

eram demasiados custosos em sangue e dor. Mas, então eles esqueceram que a humanidade não fez mais que ensaios através dos séculos e que se fôssemos pensar nos rios de dor que cada ensaio trouxe consigo, estes, os nossos, apareceriam como uma inocente espetacularidade. Ensaios que duraram séculos e cujas vítimas não se podem calcular; ensaios que consumiram de fome e miséria gerações e gerações; ensaios que rebaixaram a condição humana de milhões de seres e que não abriram, em troca, nenhum caminho novo para a humanidade.

Hoje, toda crítica inflamada de outros dias que arranhava nossos calcanhares quando ultrapassávamos em muitos o seu nível, late desafortadamente adornando com injúrias seus latidos. A justiça que fizemos fartos de injustiças legalizadas, chamaram de “crime”; os nossos esforços para ajustar o direito às necessidades de equilíbrio da convivência chamaram de “roubo”; ao instinto de defesa de um povo atacado com brutal ferocidade chamaram de “terror organizado”.

Injúria após injúria, pretende-se nos enterrar em um aluvial de lodo que retrata com perfeição a estatura moral de nossos detratores. Não nos abateremos. Com todos seus erros, estamos satisfeitos com o que fizemos, e o proclamamos a todos os

ventos; aos da França e aos de todos o mundo. Por mais derrotados que estejamos não nos consideramos vencidos; e a partir de nossa miséria física ainda podemos olhar com desprezo a miséria moral de um ultra-direitismo que nem sequer conhece a elegância do gesto e pretende fazer de nossa derrota o chiqueiro onde regozijar

seu casco e focinho de porco.

Não nos importamos. O anti-fascismo espanhol sente a dignidade de sua missão; sabe que realizou uma obra; que escreveu na história, para exemplo do mundo, uma página cuja profunda e luminosa marca não podem apagar os imundos cuspes da chusma fascista.

**Lucía Sánchez Saornil** foi uma militante anarquista, uma das fundadoras da revista e do grupo *Mujeres Libres*. Texto publicado originalmente no jornal *SIA* (órgão da Solidariedade Internacional Antifascista) núm. 17, de Paris, em 09/03/1939. Traduzido para o português por Thiago Lemos.

# Estudios Anarquistas

# Indivíduo, comunidade, sociedade\*

---

Eduardo Colombo

Vou começar esse debate com uma pequena consideração antes de entrar em cheio no problema. O tema geral de nossos debates, nestes dois dias e meio, é “o anarquismo ante a crise das ideologias”; e para começar, um esclarecimento (talvez, se alguém quiser, poderemos discutir isso depois). Creio que a fórmula que se tem difundido depois dos anos 60, quando Daniel Bell, sociólogo norte-americano, escreveu seu livro sobre “O Fim das Ideologias”, é que as ideologias estão cada vez mais em crise, o que é absolutamente falso, se pensarmos em qual é o conceito genérico de ideologia. Pode-se dizer que está em crise, ou melhor, que se tem esgotado a força expansiva das utopias, ou das contra-ideologias revolucionárias, o que tem deixado de pé somente uma ideologia reinante: a ideologia dominante, a ideologia em que vivemos todos os dias; de onde se resulta o problema fundamental de nossa época, que é a passividade geral dos indivíduos frente ao reino absoluto da ideologia dominante.

Pode-se crer em certos momentos passados que frente ao capitalismo não havia nada mais que o capitalismo de Estado, e que nessa luta entre duas facções o anarquismo se encontrava em um terceiro campo, tratando de abrir um caminho diferente. Hoje se afirma que há uma só ideologia reinante e que nós sequer temos

---

\*: Esse texto é a transcrição da intervenção de Eduardo Colombo na mesa “Indivíduo, Comunidad, Sociedad” no Seminário “El anarquismo ante la crisis de las ideologias”, realizada em Barcelona no dia 1º de outubro de 1993. Como o texto originalmente não tem título, decidimos intitulá-lo com o nome da mesa. (Nota dos Editores)

a possibilidade de abrir um caminho entre duas, mas que estamos de novo na base de uma luta frontal com uma única ideologia dominante.

Frente a essa situação e tendo definido a passividade individual como traço dominante de nossa sociedade, eu diria que para combater essa passividade se haveria que reivindicar, pôr de novo em primeiro plano, um direito inalienável do indivíduo, que é o direito à blasfêmia. Blasfemar é talvez o primeiro ponto de partida da rebelião contra a ordem estabelecida. E digo por duas razões que vocês verão depois. A primeira dessas razões é a própria definição de blasfêmia. Se buscarmos em um dicionário a palavra blasfêmia, lemos: expressão injuriosa contra Deus, ou a coisas sagradas. Evidentemente os dicionários amam citar autores mais ou menos clássicos e o dicionário que eu consultei põe como exemplo, “os homens hereges que depreciam toda dominação blasfemam a majestade”.

O que é a majestade? A majestade é o atributo inerente à realeza, pela qual se impõe respeito, admiração e submissão. A majestade se atribui aos reis ou soberanos e a Deus. Eu digo que frente a isso blasfememos.

Porque a possibilidade de blasfemar nos levará diretamente a tomar em consideração o elemento fundamental da situação humana que, em geral, se oculta dentro das instituições de do-

mínio em que vivemos. Esse elemento oculto, por estar geralmente deslocado e concentrado na aparência formal do religioso, é o elemento sacral, do sagrado. O sagrado envolve de uma maneira direta, ou de origem com a ideia de pós-morte, de Deus, à palavra que vem de fora, do mandamento que nos foi imposto. O sagrado, se buscamos alguma definição reconhecida, pode ser entendido segundo Mircea Eliade, como uma definição positiva e violentada de Deus. Mircea Eliade diz que para um crente o Deus vivente não é o Deus dos filósofos, o Deus de um Erasmo, por exemplo, não é uma ideia, não é uma abstração, não é uma simples alegoria moral. É uma potência terrível, uma força que se manifesta na cólera divina, experiência aterrorizante e irracional. Todos os epítetos que seguem logo definindo o sagrado têm a ver com isso, com esse sentimento profundo do homem frente ao inexplicado, o sentimento de espanto frente ao sagrado, frente a esse misterium tremendum, frente a essa Majestade de que se emana uma superioridade esmagadora. Como vocês veem, todas essas definições nos despertam, como anarquistas, porque o sagrado é a força fundamental que esmaga o homem, esmaga-o porque o deixa submetido a uma potência exterior sobre a qual não se tem controle algum, pelo que é determinado, pelo que é criado, pelo que é definido, pelo

que é levado à morte ou até o fim. O sagrado é a essência da religião, mas também, e isso é importante, é o elemento base do Poder Político, da dominação, está oculto no Estado, está oculto nas instituições de domínio. Se buscarmos na etimologia a palavra hierarquia, por exemplo, vemos que vem do grego *hieros* (*hierarchie* em francês, *jerarquía* em espanhol). *Hieros*: sagrado; *arquia*, todo o mundo conhece a palavra anarquia, a saber – *a*: privativo de *arkhé*, que tem a ver com a ordenação política da sociedade. O elemento que está diretamente incrustado no Poder, o elemento sagrado, está no centro da relação entre indivíduo e sociedade, porque as sociedades são, desde sua origem até hoje, sociedades heterônomas, isto é, não existem sociedades autônomas, como não existem indivíduos totalmente autônomos, porque a relação entre sociedade e indivíduo é uma relação de interação permanente.

A problemática a que quero chegar é que essa heteronomia da sociedade é, pela própria definição, a consequência do sagrado, ou seja, as sociedades são heterônomas porque a lei, a norma, o costume, não estão organizados de dentro, pelos indivíduos que vivem em uma sociedade, mas sim estão organizadas desde o tempo mais remoto pelos antepassados mortos, pelos heróis, pelos Deuses, pelos que constituem um tempo primordial em que a lei foi

ditada de uma vez para sempre, e os homens em seu tempo histórico não fazem mais que obedecer a uma minoria dominante, que é a representante na terra desse elemento sagrado posto há tempos, no altar do social.

O sagrado significa um desapossamento originário e fundamental da capacidade instituinte do homem. E agora entraremos mais claramente na definição de Poder. Nós utilizamos frequentemente a palavra poder com uma eficácia simbólica enorme e ao mesmo tempo com uma imprecisão praticamente total. Mas não porque nossa linguagem seja imprecisa, e sim porque a palavra poder contém, por um estratégia milenar do próprio Poder, uma contradição, ou talvez, poder-se-ia dizer, mais que uma contradição, elementos díspares que funcionam juntos e que são utilizados em função das necessidades da causa para dizer uma coisa ou seu contrário.

Quando dizemos poder, se o dizemos em uma assembleia anarquista, a primeira imagem que aparece é o Poder Político e sua dominação, o Estado, mas a palavra poder não quer dizer somente isso. Fundamentalmente, quer dizer capacidade, capacidade de fazer; pode-se fazer algo, nós juntos podemos fazer mais coisas, nós podemos fazer uma infinidade de coisas e uma das coisas que podemos fazer, e não somente podemos fazer, mas fa-

zemos necessariamente, é nos darmos as normas e as leis com que vivemos. É a própria sociedade e os homens que vivem nela que determinam quais são as formas institucionais e políticas de sua representação social, de sua interação social. É isso, não há outro Poder, Deus não existe. A partir desse ponto de vista, a heteronomia do social é o primeiro desapossamento, que faz crer aos homens que não são eles que organizam sua sociedade, os que ditam a lei, mas que há uma força exterior que os determina. Não importa como se chame essa força, não importa que seja o Deus das sociedades “primitivas”, ou algum antepassado nosso, não importa que seja o Deus das religiões positivas como o cristianismo ou o islamismo ou o judaísmo, não importa que seja o Estado, não importa que seja a lei da história, não importa que seja a crença que nos leva necessariamente a um fim predeterminado, a uma escatologia. Ocorre o mesmo quando o marxismo em sua posição escatológica coloca o proletariado como o redentor da humanidade, e postula um fim que deve chegar necessariamente, e ao fazê-lo está desapossando do homem sua capacidade de dizer não, sim, para esse lado, para esse outro, para onde o quero, porque somos nós que organizamos nossa vida, os que organizam nossa sociedade. Esse elemento heterônimo que constitui o social está diretamente

ligado à exploração, poder-se-ia dizer, ao desapossamento do homem de sua capacidade simbólico-instituinte. Eu chamarei de simbólico-instituinte essa capacidade de organizar a própria sociedade.

As sociedades se organizam em função de uma série de atribuições, de significados, de símbolos, de signos, de utilização de códigos que nós criamos. A linguagem é a primeira instituição da sociedade, o primeiro código com que organizamos nossa interação mútua, nossa intercompreensão a nível simbólico ou significativo. Essa instituição da linguagem foi criada pelos homens. Se tivesse sido dada de fora, eles estariam despossuídos dela. Essa definição da capacidade humana, social, instituinte, criadora da sociedade, é a essência do religioso que forma parte da dominação política.

E forma parte da dominação política pelo seguinte: porque o poder, quando é transmitido a partir do lado político, quando se constitui como Poder Político, é a dominação política; em uma sociedade heterônoma, será fundamentalmente a exploração de uma minoria, da capacidade simbólico-instituinte que corresponde ao total, ao coletivo global dessa sociedade. Enquanto aparecem nas sociedades humanas grupos especializados que detêm a possibilidade de ditar a lei, aparece um elemento particular

pelo qual o Poder Político deixa de ser a capacidade global, do grupo humano, para converter-se na capacidade de uma minoria de impor aos outros – à maioria – sua decisão. Ou seja, que a capacidade de manusear o mundo, as relações com os outros, a criação sócio-histórica, se transforma na capacidade de uns, de alguns, de poucos, de uma oligarquia, para impor aos outros a obediência.

Na medida em que essa transformação aparece na sociedade, constitui-se o que chamamos de Poder Político; nós o reproduzimos, como eu dizia há pouco, na palavra poder, porque, por exemplo, se alguém diz a uma criança: – Não pode subir na mesa! – bem, ela me perguntará – Como não posso se eu já subi? Não, não pode subir significa que não deve subir na mesa, que o dever está incluído na concepção de poder. Por quê? Porque essa mesma heteronomia do social incrusta na definição de poder esse elemento de exterioridade, do dever de obediência.

E como não tenho muito tempo, sobre esse aspecto me contentarei em mostrar de que maneira o dever de obediência é um dos aspectos centrais da dominação política, ou das sociedades hierárquicas. A sociedade não é, como ingenuamente costuma-se dizer, algo que se opõe ao indivíduo. O indivíduo pode sentir a sociedade como que lhe opondo uma resistência ao que

ele deseja, mas esse sentimento é subjetivo e alheio a uma compreensão real das relações entre os homens. Vou me basear nisso, apesar de haver uma larga bibliografia sociológica, sociopolítica, que poderia ser utilizada para explicar esse tema, e já que estamos entre anarquistas vou utilizar a definição que Bakunin faz sobre a liberdade. Bakunin diz que há três momentos essenciais da liberdade do homem.

Esses três momentos são: primeiro, o feito enorme e positivo da criação social; o homem vive em sociedade, o homem adquire humanidade com os outros, sem sua relação com os outros o homem não teria chegado à sua hominização; ou se preferirem, antes que o homem, o *australopithecus*, o *homo habilis*, ou o *homo erectus*, não tivesse chegado a construir um útil, um instrumento, a utilizar a palavra, a criar um código ou instruções, não estivesse fazendo algo com o outro, não estivesse em relação com o outro; esse aspecto sociológico da interação, a sociedade como tal, é um elemento central e positivo da liberdade humana. É um absurdo, diz Bakunin, crer que o homem é livre antes de entrar na sociedade, como mantém o credo liberal, segundo o qual cada indivíduo renuncia a uma parte de sua liberdade para pactuar com os outros um Contrato Social, posição que vai necessariamente à dominação política. O homem não

é livre antes de entrar na sociedade, é a sociedade que o faz livre, o elo em relação com os outros, a autonomia do indivíduo na sociedade que permite a aparição da liberdade. Por outro lado, é a sociedade que permite também a aparição do Poder. Antes da vida em sociedade não havia nem bem nem mal, não há nem Poder nem Liberdade, são as construções do homem na sociedade que fazem que a liberdade tenha um valor positivo.

Mas esse momento não basta, diz Bakunin. Para que a sociedade evolua, para que a sociedade se transforme, para que esse feito fundamental do homem que é sua humanização em sociedade não se estanque, não fique ali amarrado ao seu primeiro momento, necessita-se da rebelião, a rebelião do indivíduo, que é o segundo e fundamental momento da liberdade. Mas a rebelião é ao mesmo tempo o momento mais difícil do ponto de vista pessoal, e também o mais fácil de conceber, porque todos sentimos a opressão e tendemos espontaneamente a nos rebelarmos contra tudo que nos oprime. O desejo é uma força inerente ao homem que vai encontrar um limite, não no outro, mas na dominação do outro, no Poder Político que o outro pode se atribuir para impedi-lo de construir seu desejo com os demais, com os outros. O segundo momento da liberdade é essencialmente a rebelião, a negação

do que existe, para alcançar algo que não existe, mas que pode vir a ser.

E o terceiro momento, o mais difícil, é o de rebelar-se não contra a sociedade que está fora, não contra a instituição que temos diante de nós e que nos oprime, mas de nos rebelarmos contra a instituição que temos internalizada, que temos dentro de nós. Essa necessidade que temos contra a sociedade que levamos dentro é, ao mesmo tempo a confirmação de que o indivíduo é o que é em relação com os outros e também o fator que o impede de pensar, ou dar-se conta, ou compreender até que ponto está alienado, até que ponto está dominado, até que ponto responde a uma sociedade que se lhe apresenta como externa, como se fosse o natural, o dado; enquanto a sociedade não é o natural, nem é nada senão uma construção humana. A autonomia do homem, como a liberdade do homem, nasce nesse processo de autoconstrução.

Vou extrair somente duas consequências do que acabo de dizer, a primeira: é um absurdo pensar que a liberdade, qualquer tipo de liberdade, a liberdade filosófica como a liberdade política, pode ser concebida como um desejo ilimitado; a liberdade sem limites, sem obrigações, sem a relação com os outros, é a liberdade do tirano: o único que pode fazer o que quer e quando lhe convém é o tirano. Os ho-

mens respeitam ao outros porque vivem com os outros, porque necessitam dos outros para serem, eles mesmos, livres; a liberdade de cada um se estende ao infinito com a liberdade dos outros. Mas exige obrigações sociais. A obrigação social é o elemento que está na própria base da norma social; não há sociedade sem instituição, não existe uma sociedade sem norma, não existe uma sociedade sem linguagem. Uma criança que aprende a falar o aprende em uma instituição funcionante da sociedade.

Essa condição de obrigação social está totalmente difundida ou distorcida nas sociedades hierárquicas, com o Estado, ou seja, em sociedades que todos conhecemos (até o momento não existiram praticamente outras), que são as sociedades de dominação política ou construídas sobre a dominação política. O que ocorre em todas essas sociedades é que, como a norma ou a lei está ditada por uma minoria que expropriou a capacidade simbólica da totalidade do social, a obrigação social deixa de ser tal para se transformar no dever de obediência.

Nós sentimos as normas ou as regras sociais em que vivemos não

como formas das relações entre os homens, que podemos modificar na inter-relação com os outros e aprofundar no sentido da liberdade humana, mas as sentimos como algo que nos é imposto. Na sociedade civil, as normas são vividas como a obrigatoriedade da obediência. O Poder Político, seja totalitário ou representativo, impõe a todos nós uma norma, uma série de normas, de leis, de regras, sobre as quais não temos decidido nada e sabemos profundamente que nunca participamos em seu estabelecimento. É a existência do poder político ou dominação que transforma a obrigação social em dever de obediência, transformação que constitui a própria essência das sociedades hierárquicas.

Se pensamos em criar uma utopia para o futuro, para o próximo século, e pensamos em construir o projeto de uma sociedade livre, temos que entender que a anarquia não é falta de normas – a falta de normas é a anomia ou o caos. A anarquia é uma institucionalização anárquica da sociedade, ou seja, o estabelecimento de instituições anarquistas em que os homens possam viver e criar a igualdade, a justiça e sua própria liberdade.

**Eduardo Colombo** é médico, psicanalista e ex-professor de Psicologia Social da Universidad de Buenos Aires (UBA). Faz parte do comitê redator da revista *Refráctions*. Texto originalmente publicado no livro *Anarquisme: Exposició Internacional*, traduzido para o português por Pablo Pamplona.

# Documentos

# A revolução social

Uma polêmica em torno da Revolução Mexicana (continuação)

---

**Ricardo Flores Magón**

**D**igam o que quiserem os inimigos da Revolução Mexicana, esta é de caráter marcadamente econômico. Desde o início afirmamos que o proletariado mexicano não pegou em armas pelo simples gosto de ter um novo carrasco. Desde o início dissemos que o povo mexicano pegou em armas porque tinha fome de pão e de justiça.

Os feitos, não as palavras, têm demonstrado que estávamos na posição justa, e, ainda mais, que temos trabalhado como verdadeiros revolucionários, buscando que o grande movimento tome uma orientação decidida para o comunismo. Esse é nosso dever de revolucionário sincero.

Alguns sociólogos de púlpito têm criticado o movimento mexicano porque não começou sendo claramente comunista desde o princípio. Pretendiam esses senhores, entre os que se sobressaem Luigi Galleani e Jean Grave, que a revolução social fosse obra de um dia, de uma semana ou de alguns meses, sem recordar que o mestre, Piotr Kropotkin, disse em uma carta datada de Londres em 15 de novembro de 1909, as seguintes sábias palavras: “Toda revolução se inicia timidamente com feitos de importância infinitamente pequena; mas toda revolução ascende à medida que se prolonga. Se ela dura dois, três, quatro anos; se os revolucionários são bastante inteligentes para não permitir a consolidação de um governo forte, essa revolução ascenderá até o comunismo. E se não se começa a revolução com

alguma coisa, ainda que seja bastante distante do comunismo, não se chegará nunca a nada, como na Rússia”.

Nossa obra de agitação por meio da ideia, e a agitação por meio da ideia e da ação de nossos bravos companheiros que sustentam a Bandeira Vermelha nos campos mexicanos, estão dando seus frutos: a prolongação do movimento, para que não volte a haver um governo estável no México, pois desde o princípio temos acreditado, como nosso velho camarada Kropotkin, que quanto maior duração tenha um movimento revolucionário, mais se radicalizarão as tendências; mais amplas são as aspirações populares e mais fácil é chegar ao comunismo.

Outro dos frutos de nossa incessante propaganda é a expropriação da terra e da maquinaria de produção. Há muitos números, *Regeneración* tem nos mostrado os atos de expropriação da terra levados a cabo por multidões de proletários que se tem posto a trabalhá-la com um fuzil atravessado. Os leitores de *Regeneración* terão visto que quando os proletários não podem sustentar a expropriação da terra, por falta de armas, arrasam as fazendas e os povoados para que, se eles tiverem que sofrer, que sofram igualmente os seus carrascos. Terão visto também os múltiplos casos de sabotagem, de greves revolucionárias, de consciência de classe dos proletários mexicanos.

A imprensa de todas as cores admite que não se trata de uma revolução política, mas de um movimento econômico, de uma guerra de classes que, se os libertários a fomentarem, terminará com o comunismo. E temos visto, igualmente, que, por instinto, por herança, o povo mexicano, povo não corrompido com os hábitos do arrocho, povo modesto, é apto para o comunismo, comunismo que, em parte, tem praticado por milhares de anos. Ademais, é sabido que o povo mexicano, odeia cordialmente a Autoridade e o Capital, apesar das prédicas do clero embusteiro.

*El Imparcial*, do dia 22 de março, ao falar do movimento revolucionário no estado de Oaxaca, disse: “As principais plantas de mudas de algodão de Jamiltepec foram destruídas pelos revolucionários. Para se salvar do ataque dos rebeldes em curso, algumas pessoas permaneceram nos bosques de Playa, escondidas vários dias, alimentando-se somente de cocos e tartarugas. Os povoados ao redor da propriedade de San José Ejutla desejam repartir suas terras e, de fato, dispõem-se a atacá-la”.

O mesmo periódico disse em 29 de março, ao falar do movimento revolucionário no Distrito de Tlapa, Estado de Guerrero: “A propriedade de Jicayán, propriedade do senhor Daniel Pérez Ruiz, foi esvaziada por completo. Os indígenas repartiram os terrenos e

os revolucionários levaram 20 mulas e 10 cavalos e incendiaram os campos de cana”.

O mesmo periódico, no dia 5 deste mês [abril], em um telegrama que remeteu seu correspondente em Oaxaca, revela a gravidade da situação naquele importante e riquíssimo Estado. Assim disse: “Como resultado das prédicas socialistas de certos agitadores, os indígenas de alguns pontos do Estado estão cometendo atentados. Vários, por causa da questão agrária, cortaram as colheitas de várias propriedades próximas, suprimiram a água de irrigação e realizaram outros excessos”.

O mesmo periódico disse em 7 de abril: “Seguindo os conselhos dos zapatistas que estiveram em Tepeaca; Estado de Puebla, alguns indígenas tomaram posse do terreno da fazenda de San Miguel La Pila, propriedade do senhor Luis Pacheco, e situada por aquele caminho”.

Estes dados, somados a todos os que têm sido apresentados nas colunas de *Regeneración* já há muitos meses, demonstram que o movimento é econômico e que não se necessita mais que boa vontade, firmeza e lealdade à causa do proletariado para que ao fim vejamos tremular triunfante a bandeira dos pobres, a gloriosa bandeira vermelha dos libertários mexicanos.

\*  
\* \*

Do periódico burguês, *El Intransigente*, diário da tarde que se publica na cidade do México, tomamos textualmente o que se segue:

“Os fazendeiros que Querétaro, que têm suas propriedades contíguas ao Estado de Guanajuato, encontram-se neste momento ameaçados de uma maneira terrível por seus peões, que estão pedindo à força tudo o que querem, sem esperar consegui-lo com o trabalho.

### **A Terra Que Eu Trabalho**

Uma pessoa que acaba de chegar daquela entidade federativa, concedeu uma entrevista a um repórter do *El Intransigente*, na qual explica detalhadamente como ocorreram os fatos que levaram ao espanto alguns fazendeiros, pois se acredita que eles vão se repetir.

Os peões da fazenda de Espejo, propriedade dos senhores Legorreta, receberam seus antigos amos com uma tempestade de pedras, porque es-

tes reivindicaram o direito de atacá-los.

Não obstante sua rudeza, os trabalhadores do campo, inflamados pelas prédicas socialistas, contestaram seus amos que já não queriam seguir lhes dando a riqueza quando a terra em que trabalhavam eram deles, pois haviam trabalhado longos anos sem obter senão os mesquinhos frutos que lhes davam.

### **Deixaram-no Morto**

Os senhores Espejo conseguiram fugir de suas propriedades, porém um deles teve que voltar a si do desmaio ao qual o conduziu a terrível chuva de pedras que lhe arremessaram seus antigos camponeses.

O estado que ficou o fazendeiro foi de tal gravidade que os peões o haviam dado por morto, e a isso se deve ter se salvado de uma morte certa o senhor Legorreta.

### **A Freira Misteriosa**

A explicação de todos esses acontecimentos é dada por

algumas respeitáveis pessoas da seguinte forma:

Quando o senhor Madero andava em sua prédica revolucionária, apareceu pelos campos uma mulher vestida de freira, que vinha pregando por todas as partes a igualdade.

Aquela mulher proclamava a sedição, declarando que o peão devia pedir as terras e que os proprietários destas não eram os amos, senão os humildes. Que os trabalhadores do campo deviam pegar em armas, se fosse preciso, para exigir que fossem divididas por partes iguais a terra e seus produtos.

Em dois meses, a freira misteriosa havia percorrido a maior parte das fazendas que limitam o Estado de Guanajuato e deixou sua doutrina, que respondia às necessidades da gente do campo, gravada no coração de todo o mundo. Deixou também em todos os campos o nome de Madero.

Pouco depois os camponeses de Guanajuato pegaram em armas e em Querétaro a revolta não tardará a eclodir,

pois os magníficos resultados que deu aos peões seu levante na fazenda dos senhores Legorreta despertou o desejo de imitá-los.

Alguns fazendeiros do mesmo Estado de Querétaro optaram por dar milho e lugar aos seus peões para semear, livrando-se de perder suas terras ou de recorrer às forças das armas”.

A conduta destes dignos proletários está sendo imitada em muitas fazendas da República. Somente temos

que dizer que não é bom que os camaradas peões dividam a terra, porque no futuro ficará outra vez em poucas mãos e a miséria e a tirania serão o fruto do ato heroico da expropriação. Imitem os peões de outras regiões que tomaram a terra em comum.

A terra deve ser trabalhada em comum e os produtos consumidos em comum.

Que dirão agora os senhores Jean Grave e Luigi Galleani e tantos outros que se ufanaram de libertários e são os piores inimigos da revolução do proletariado mexicano?

**Ricardo Flores Magón**, anarquista com destacada atuação na Revolução Mexicana, foi membro do Partido Liberal Mexicano e do jornal *Regeneración*. A primeira parte foi publicada em *Regeneración*, núm. 86, publicado no dia 20 de abril de 1912 enquanto a segunda parte foi publicada no número 87 do mesmo jornal, editado no dia 27 de abril de 1912. Traduzido para o português por Vitor Ahagon e Adriano Skoda.

# Aos homens de boa vontade

---

**Antonio Bernardo Canellas**

**D**urante a minha permanência em França procurei estudar com atenção as diversas obras de significação social que têm sido fundadas por iniciativa dos camaradas franceses e nenhuma delas me impressionou tão fortemente quanto aquela que vem descrita nesta brochura e que foi devida à clarividência e à tenacidade de um dos mais ilustres propagandistas do comunismo – Sebastião Faure.

Se em França, onde a proporção dos analfabetos é mínima, esta obra foi reconhecida como sendo de uma utilidade inestimável, imagine-se o alcance que ela não terá num país como o Brasil onde, sem exagero algum, mais de 60% dos trabalhadores são analfabetos, não se compreendendo nesta estimativa aqueles que apenas sabem soletrar.

Por isso, entre as instituições criadas pelos camaradas franceses, a que mais vivamente desejo ver transplantada no Brasil é essa da escola fraternal e comunista que a amorosa inteligência de Sebastião Faure idealizou e realizou de uma forma tão brilhante.

Reconheço que é bem arrojada esta minha pretensão, dada a maneira pela qual nós, os brasileiros, costumamos encarar os problemas sociais. No entanto isto não me desanima e penso que, com algum esforço e tenacidade – no que penso ser auxiliado pelos meus camaradas das organizações obreiras e por todos os homens

de boa vontade – conseguirei levar a efeito esta obra de grande alcance social que será a fundação de uma Ruche modelo no Brasil.

Tenho esperança de que o meu exemplo será imitado e que assim possamos reduzir ao mínimo o analfabetismo da classe operária para que o poder do operariado cresça ao máximo em força e consciência.

Pretendo realizar por todo o Brasil uma viagem de propaganda em prol da criação de uma sociedade cujo único e exclusivo fim será o da instrução dos operários pelos métodos que vêm descritos nesta brochura e melhor desenvolvido numa outra que também editei – *Questões de Ensino* – e mais por outros métodos que julgarmos adequados à nossa situação especial.

Para que a criação dessa sociedade seja um fato pretendo reunir recursos a fim de fundar em qualquer canto deste maravilhoso país um estabelecimento no gênero da *Ruche* de Sebastião Faure. Isto servirá para demonstrar a praticabilidade deste sistema de educação – o que facilitará a obra da

Sociedade Instrutora do Operário, animando os indecisos e desmentindo os pessimistas.

Compreende-se, porém, que uma iniciativa destas exige vastos recursos e por isso necessário se torna fazermos um grande esforço pecuniário a fim de reunir a quantia indispensável para a compra de terras, maquinismos, utensílios e tudo o que é preciso para a instalação de uma colônia no gênero que Sebastião Faure fundou em Rambouillet. Estes recursos serão fáceis de reunir desde que todos se compenetrem da grandeza e do alcance desta iniciativa e disponham-se a fazer os sacrifícios correspondentes.

Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1919.

NOTA: Todos os que desejarem colaborar para a realização desta iniciativa poderão enviar as suas contribuições para o seguinte endereço:

Antonio B. Canellas  
Rua Miguel de Lemos, 48  
E. do Rio – Niterói

# Prefácio? Não!

Prefácio ao livro *Alvoradas*, de Ilka Maia

---

**Maria Lacerda de Moura**

## **A jovem poetisa e o “não-prefácio” da madrinha Maria Lacerda de Moura**

A lei daquele país proibia aos amos de escravos que vendessem as crias de seus negros e que se livrassem de seus serviçais sob o pretexto de velhice. Ao comprar um escravo, o amo se via obrigado a conservá-lo até que morresse. O domínio de cada colono formava desse modo um pequeno Estado.

Resgatamos aqui um texto obscuro e até então esquecido de Maria Lacerda de Moura. Tentamos fazer com que ganhe mais projeção através das páginas da Revista da Biblioteca Terra Livre, em especial pelo seu teor fortemente pessoal e rebelde.

“Prefácio? Não!” foi escrito em 1923 e publicado como apresentação ao livro *Alvoradas* (1924) da poetisa Ilka Maia, uma garota que na época tinha apenas 16 anos e já demonstrava um enorme talento para as letras.

Mas quem foi Ilka? Nascida em 27 de abril de 1906 na cidade de São Paulo, Ilka de Freitas Maia era filha do advogado Luiz Oscar de Almeida Maia e de Maria da Glória de Freitas Maia, professora. Começou a escrever desde pequena. Posteriormente, formou-se em Psicologia e trabalhou como funcionária pública na prefeitura da capital por vários anos, atuando como Psicotécnica e na área da Psiquiatria, contribuindo com descobertas importantes em relação a testes em Psicanálise. Aposentada, viveu em várias cidades do interior do estado até seu falecimento em 1988, na cidade de Bananal/SP.

Ilka Maia foi autora de outros livros de poesias ao longo da vida, mas apa-

rentemente não teve envolvimento com o movimento anarquista. Oras, então por quê uma libertária haveria de escrever um prefácio para seu livro? Simples: Maria Lacerda de Moura era madrinha da autora e escreveu um texto, a modo de conversa ou conselho à menina que se iniciava nas letras e descobria o mundo! Uma mulher falando a outra mulher sobre os desafios e os obstáculos que lhe são impostos por justamente ser uma mulher. Um escrito carregado de um tom íntimo e pessoal, mas claramente com um teor libertário e revolucionário para a época, ao abordar a luta das mulheres por sua emancipação econômica, social e intelectual, utilizando a literatura, a sociologia, a arte e a política para explicar à jovem afilhada conceitos deveras complexos. Para Maria Lacerda, o motor da vida e a inspiração do bom artista e do cidadão do mundo, rebelde, solidário e revolucionário é a “Dor Universal”, aquela que nos move sempre em busca de aperfeiçoar-nos, aquela dor que todos sentimos mas ninguém sabe explicar...

Para concluir essa breve apresentação, deixamos registrado um soneto escrito por Ilka Maia nas páginas de Alvoradas e dedicado à madrinha Maria Lacerda de Moura.

Boa Leitura!  
Apresentação e transcrição por  
Rosa Silva.

## As pedras

A D. Maria Lacerda de Moura

I

Quem diz que a pedra muda, à  
beira de uma estrada,  
É pedra morta e fria, é pedra indif-  
ferente?...

Quem diz que ela não sente os  
beijos da alvorada?...

Quem diz que a pedra é morta e  
que a pedra não sente?...

Quem diz que a pedra é um bloco  
estúpido de nada?

Quem diz isso, não pensa - e  
quem diz isso mente!

A pedra, a pedra muda à beira de  
uma estrada,  
É um mistério do Céu! Talvez um  
penitente!...

E é por isso que quando, as lágrimas  
das chuvas,  
Rolam, cheias de dor, dos olhos  
das estrelas,  
Choram as pedras, sós, como ve-  
lhas viúvas...

E é por isso que quando, as vezes  
distráido,  
Voltas, mudo, pastor ao passar  
junto delas,  
Parece-te escutar, às vezes, um  
gemido....

S.Paulo, 19 de Junho de 1923

S. Paulo, 20 de Junho de 1923

Ilka Maia

II

As pedras são sinais de dolorosas  
vidas!...  
São restos imortais de vidas acaba-  
das!  
São almas sem abrigo – as almas  
foragidas  
Que Deus deixou sem lar no gelo  
das calçadas!...  
São crianças sem pão, famintas,  
atiradas...  
Aos turbilhões da rua, em trapos  
envolvidas!...  
São os cegos sem luz de pupilas  
cansadas  
Que procuram a paz das campas  
esquecidas!...  
São mudos a que a mão de ferro  
do Destino,  
Estrangulou o som das portas da  
garganta!...  
- E as mais tristes, mais sós, des-  
prezadas de Deus,  
Que não servem sequer de encos-  
to ao peregrino,  
Essas são corações que numa an-  
gústia santa  
Amaram como o meu, uns olhos  
como os teus!...

\*  
\* \*

### **Prefácio? Não!**

**S**ou inimiga dos prefácios por-  
que não concordo com a insti-  
tuição dos padrinhos. Padrinho e Ma-  
drinha constituem assim uma espécie  
de tutela para a vida. E o meu tempe-  
ramento combativo, rebelde, revolta-se  
contra toda e qualquer coação à minha  
liberdade. Na acepção literária o prefá-  
cio é o segundo batizado ou melhor: o  
crisma. Se o autor é mal sucedido, se é  
mediocre, diz o padrinho “Ora, pediu-  
-me o prefácio, como negar? Quis au-  
xiliar a um principiante, eu sabia que  
não tinha talento, mas...” E deixa no ar a  
afirmação da sua grande generosidade  
no gesto amplo da mão de protetor. De-  
testo a proteção, sob qualquer forma.

Se o autor vence, se afirma uma  
individualidade, até morrer o padrinho  
compartilha dos lucros “Não fora eu...  
Era desconhecido... Corrigi, melhorei,  
retoquei, ensinei, dei-lhe um pouco do  
meu grande cabedal...” Detestável tudo  
isso.

Quando publiquei o meu pri-  
meiro livro o fiz sozinha, consciente,

não me querendo escravizar a tutelas, responsabilizando-me pelo meu ato.

Atirei-o amplamente, corajosamente, por todo o Brasil e, esperei, sem sequer uma única apresentação, a não ser o meu nome desconhecido.

É o que ILKA deve fazer agora. É o que toda mulher deve fazer quando tem consciência de si mesma, quando se promete um esforço continuado, perseverante, em busca de uma nesga da Beleza imortal.

Não se trata de uma mulher vulgar e não devo antecipar a emoção dos leitores dessa vigorosa poetisa ainda menina.

A mulher, para conquistar o lugar a que tem direito, o lugar que é muito seu e que foi usurpado pela prepotência masculina aliada à submissão inconsciente, feminina; usurpado pelo atentado ao seu desenvolvimento mental na inação da sua atividade cerebral e no jugo do trabalho doméstico (obrigatório) só para o sexo feminino, - a mulher tem de reagir, com todas as forças, contra o meio ambiente: família, sociedade, opinião pública, preconceitos de toda espécie, e tem necessidade de vigor, de heroísmo, de personalidade para vencer todos os entraves e brilhar, - (quand même) as muralhas seculares da escravidão social, mormente para o sexo frágil que por ser frágil é o mais sobrecarregado...

No nosso país, a mulher verda-

deiramente individual, intelectual, é uma espécie de terceiro sexo: as mulheres desconfiam de nós, os homens têm medo da concorrência... e, todos se associam para desviar a atenção do nosso valor, ridicularizando-nos, envolvendo-nos de sátiras ou de galanteios, outra arma indigna como a tática do silêncio.

A literatura do *boudoir*, que tanto seduz a mulher, é o meio de afastá-la docemente... E ela não entende ou prefere não entender, espreguiça-se languidamente às frases alambicadas dos D. Juan – almofadinhas da literatura – e se deixa ficar na inconsciência da inatividade mental, estendendo as mãos para mais fortes algemas...

A mulher intelectual é uma precursora: tem de ser ousada, tem de ser heroína, tem de sacrificar toda a sua vida a vencer dificuldades, a tropeçar em barreiras incalculáveis.

Da tutela do Pai passa para a tutela do Marido... não se falando da sociedade que não larga a presa.

Se tem talento de verdade encontra centenas de candidatos a diretores espirituais...

E a sua mente se vai alargando ao contato das experiências amarguradas e as responsabilidades se multiplicam num crescendo assombroso, e, são tantas que as lágrimas se misturam às glórias, numa apoteose dolorosa de Sonhos e de duelos de vida ou de morte!...

Eis quanto te aguarda, minha ILKA.

Sê forte. Procura vencer.

Não te deixes esmagar como tantas outras. Não deixes que te sepultem a inspiração. Não consintas que maculem a tua Musa.

De todos esses montões de livros editados a cada hora – só ficam aqueles escritos dentro da alma, aqueles iluminados na flama dos grandes e fecundos sacrifícios, nascidos da vida interior; só conseguem penetrar os portais de outras gerações os livros escritos com o suor do nosso coração, com as mágoas da alma – se os animou um desejo maior, uma ânsia incontida, um anelo de perfeição e beleza.

Tens de cultivar dentro do peito um Ideal, qualquer que ele seja.

Pois bem, minha ILKA, a Arte, como tudo, tende a uma forma inédita.

Os grandes iniciados das ideias modernas ensinam-nos que, doravante, é bem mais ampla a missão do Artista. É preciso se eleve ele até se constituir em canal por aonde deve jorrar a linfa bendita da Beleza, mas, também, é necessário se liberte de escolas e sectarismos para a amplitude de horizontes vastos como vasto é o lampadário de esperanças dos idealistas do século XX.

A ARTE é renovadora, é rebelde, é livre, é construtora, é, em todos os tempos, um surto formidável na esca-

lada evolutiva.

Atravessamos uma época extraordinária de transformação social e o Artista tem de procurar, nesse caos, o fio de Ariadne, tem de encontrá-lo, que se constituiu guarda avançada dos mistérios sagrados dos iniciados da beleza imortal, dos iniciados da perfeição indefinida...

É mutilada a obra de Arte quando o Artista sucumbe desviando-se por encruzilhadas adrede preparadas pelos reacionários, pelos escribas da fraternidade humana, pelos mercadores dos templos... Por isso, CRISTO, no gesto de os enxotar, indicou um atalho nas obras de Arte renovadora e grande...

Queres ver, minha ILKA, um exemplo? D'ANNUNZIO tem o mérito de haver procurado uma saída para o seu anseio de liberdade, de infinito. Errou. Não é nos pequeninos FIUME que está solução para as tragédias da vida, nem é nessas conquistas locais que se encerram as grandes verdades.

O campo de ação é muito mais vasto, não pode ser restringido à noção da pátria ou da família. O Artista deve ter a intuição da Unidade porquê tem de penetrar a DOR UNIVERSAL.

A solução das grandes verdades?

Procura-a nas injustiças humanas. Procura-a nos soluços das mães miseráveis que perdem os filhos devorados pelos cães policiais das fábricas... ou estraçalhados entre os dentes das

engrenagens das máquinas.

Procura-a na ociosidade farta e na sociedade da miséria.

Procura-a nas arcas entupidas dos ricos e nas enxergas nuas dos cor-tiços imundos.

Procura-a nos cárceres onde o frio gargalha retalhando as carnes de criaturas e para onde vão crianças ficar em contato com degenerados e monstros para aprender a torpeza e a barbáridade e a revolta inconsciente.

Procura-a na exploração do homem pelo homem, na escravidão social da mulher, no trabalho da criança, no olhar dos garotinhos esfarrapados, viciados, cigarro à boca, entrecortada a fumaça pelos nomes pouco edificantes.

Procura-a no anseio das almas nobres, nos surtos dos poetas a escalar o Infinito, nas nossas aspirações transcendentes, nos sonhos dos precursorres, no lirismo dos corações enamorados do Ideal.

Mas, revolve a Dor, minha ILKA. Não há arte sem muita Dor!

A Dor é a grande genetriz!...

Depois, verás como crescestes dentro de ti mesma.

A grande Dor é o privilégio, a compensação e a benção dos Artistas.

E, se hás de ficar pelas encruzilhadas colhendo os suspiros imperceptíveis das borboletas que rasgaram as asas num espinho de roseira, - colhe a grande Dor, penetra a Dor humana,

canta a DOR UNIVERSAL?

Perscruta a Dor em todos os sentidos. Encontrarás a libertação.

Crescerá, sobre a tua cabeça an-gélica, a auréola dos Iniciados...

E viverás na memória dos Artistas, dos tristes e dos oprimidos.

Não te preocupes com as glórias efêmeras, com as palmas das multidões inconscientes.

O Artista prefere ser incompreendido isolando-se da vulgaridade...

O Artista deve ter individualidade própria, viver fora da sua época, ser estrangeiro no seu próprio país, sonhar uma humanidade sempre maior em vista de porvir cada vez mais vasto.

Não falo, ILKA, aos teus 16 anos: falo à alma da Artista, à sensibilidade feminina, à tua precocidade assombrosa.

Perdoa-me. É o desalento? É a Dor que te venho abrir no peito em novas cicatrizes como aquelas cantadas nos teus lindos versos?

Não sei, minha ILKA, é a Vida... é a Arte...

Vês como fizeste mal em exigir o meu prefácio?

Já é a linguagem da Madrinha...

Deixo-te, filha espiritual. Segue o teu caminho, refugia-te na solidão da tua alma, ouve as tuas vozes interiores e lembra-te de que só há um entrave para os nossos voos, - é a impossibilidade mental de voar mais alto.

Beijo-te com o respeito com que  
se surpreendem as Sacerdotisas da Be-  
leza orando as contas dos seus poe-  
mas...

Salve!

És mais uma grande Dor entre  
as muitas dores que soluçam dentro de  
mim mesma...

São Paulo, 1923

Maria Lacerda de Moura

**Maria Lacerda de Moura** foi uma das mais notórias anarquistas brasileiras, uma das primeiras mulheres a discutir a emancipação feminina no país.

# Expressões Livres

# O Carnaval

---

Rafael Barrett

“

U

ma máscara, sobre outra” disse Shakespeare. É necessária uma dupla proteção para arriscar-se a ser sincero. O Carnaval é, principalmente, a festa da sinceridade. Durante alguns dias somos todos o mais franco que conseguimos, a ponto de cair no descaramento; falamos quase tudo o que pensamos; atrevemo-nos a parecer loucos, isto é, a parecer que somos; aliviarmo-nos de doze meses de hipocrisia. Privilégio admirável! É-nos permitido correr, cantar, gritar e rir à vontade, e a vestir-se como quiser. Suprime-se a rotina, a convenção correta, a metade das farsas sociais; cura-nos do terror mais vil, o terror do ridículo, congratulamo-nos com o grotesco, abre-se o ferrolho da fantasia, tornamo-nos espontâneos, improvisamos uma espécie de segunda inocência. É um momento de liberdade, um ensaio de uma vida melhor e futura; um relâmpago. Logo se retorna ao fundo cinza do velho costume. A alegria não é desse mundo. Somos bestas astutas; somos novamente hipócritas: defendamo-nos! Rejeitemos o júbilo: sejamos cautelosos em implementar as soluções de nossa razão. Ordem! Ordem! Não há nada tão anarquista como o bom senso.

“O ano todo é Carnaval”; um Carnaval triste e sórdido. Perante o mestre, o chefe, o juiz ou o instrumento de nossa ambição, fazemos a comédia da servidão e da intriga. Os mais fortes a fizeram: Bonaparte, o soberano vindouro de uma corte

cujos esplendor assombrou a Europa, fez a corte à amante de Barras. Fazemos o grande bloco dos “arrivistas”. E aqueles que alcançaram, sempre a caráter, mudam de careta. “Perdoe meu talento”, imploram-nos. É a farsa da modéstia, o medo da inveja. E o orgulho, ou seja, o valor daqueles que se negam a fingir, é o que sucumbe, não aos ruidosos golpes do destino, mas ao surdo roer do medíocre, à infecção dos homens microbicos. Examinai, diante do espelho, as dobras de nossa máscara de carne. Não é a velhice que abre as rugas do rosto; é o gesto variado e contínuo da mentira humana. Nem a idade e nem a dor são capazes já de tornar respeitável a efígie dos que vivem do ódio e do engano. O carnaval celebra as férias da fisionomia. Atrás da máscara, a face é devolvida ao verismo da solidão ou do sonho.

Máscara: escudo. Mascarados: descarados. O repugnante e o tímido se vingam: convertem-se no enigma que talvez atraia, no “muro atrás do qual está ocorrendo alguma coisa”. O leproso, se tiver imaginação, seduzirá a virgem. É o momento de ocultar o corpo para mostrar o espírito. É o instante da vingança, em que se murmura ao ouvido do próximo a piada mais terrível: a

verdade. É a época em que se triunfa e em que se estremece, em que os maridos descobrem sua desgraça e as feias confessam seu amor. O papelão não se ruboriza. Mulheres silenciosas e desprezadas, que não tendes outra beleza que a de seus olhos magníficos, outro tesouro do que dois diamantes encravados, sede efêmeras huris sob a máscara. Sede somente vossos olhos; somente os buracos sombrios onde desponta a alma nua... somente o mistério.

Assim o Carnaval, em sua fugaz e frenética agitação, faz emergir à superfície do mundo a realidade e o mistério, que nunca se desunem. É símbolo do carnaval da natureza, carnaval trágico, em que o fundo inacessível é coberto a cada século com um disfarce diferente. Ontem foi a ideia, foi a chama, foi o átomo, foi o capricho dos deuses irritados. Hoje é a sede infinita do número. Nossas mãos trêmulas se cansam de buscar. A Isis se esconde sob um véu que renasce sem trégua, e estremeçemos com a ideia de que nós tocamos os despojos de um Carnaval falecido, os restos de um festim esquecido, as cinzas de uma festa apagada. O Universo nos aparece como uma imensa máscara por cujos buracos negros olha a morte, e não contém mais do que o vazio.

**Rafael Barrett (1876-1910)** foi um anarquista espanhol radicado no Paraguai. É tido como um dos principais nomes na formação da literatura paraguaia. Texto originalmente publicado em *La Razón*, de Montevideo, no dia 24 de fevereiro de 1909. Traduzido para o português por Clayton Peron.

